

Relembro a convocação de seis Sessões Extraordinárias, com início a partir das 11h, terça-feira, dia 22 de dezembro, todas com a Ordem do Dia a ser publicada.

Sendo assim, dou por encerrada a presente sessão. Desejo a todos um bom final de dia. Sejam felizes.

Estão encerrados os trabalhos.

**EXPEDIENTE DESPACHADO PELA PRESIDÊNCIA EM 17/12/2020**

**Requerimentos**

**VEREADOR CÂMILLO CRISTÓFARO (PSB)**

13-00543/2020 - Convocação de Sessão Solene para entrega do Título de Cidadão Paulistano ao Dr. Márcio Luiz França Gomes

**VEREADOR ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS)**

07-00008/2020 - Retirada do PR 22/2019.

13-00561/2020 - Indicação do Vereador André Santos para compor a Corregedoria pelo Republicanos.

**VEREADOR RODRIGO GOULART (PSD)**

07-00027/2018 - Retirada do PL 696/2013

07-00004/2019 - Retirada dos PLs 973/1997, 264/1998, 392/1998 e 513/2002.

13-00567/2020 - Indicação do Vereador Rodrigo Goulart para compor a Corregedoria pelo PSD.

13-00821/2020 - Voto de júbilo e congratulações com a Sra. Mirthes Bernardes.

**VEREADOR CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB)**

13-00674/2020 - Coautoria do PL 628/2013. Indeferido.

**VEREADORES EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY (PT) E DANIEL ANNENBERG (PSDB)**

13-00810/2020 - Inclusão do Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy como coautor do PL 536/2020.

**VEREADOR GILBERTO NATALINI (SEM PARTIDO)**

13-00816/2020 - Voto de júbilo à Associação Comercial de São Paulo - ACSP.

13-00817/2020 - Voto de pesar pelo falecimento da Sra. Oriana Jara Maculel.

13-00818/2020 - Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Henrique Berkienstz.

**VEREADOR DANIEL ANNENBERG (PSDB)**

13-00819/2020 - Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joseph Yacoub Safra.

**VEREADOR AURÉLIO NOMURA (PSDB)**

07-00024/2018 - Retirada do PL 164/2012.

07-00020/2020 - Retirada do PL 789/2019.

13-00820/2020 - Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Massao Shinohara.

**VEREADOR ELISEU GABRIEL (PSB)**

07-00011/2018 - Retirada do PL 11/2012.

07-00048/2019 - Retirada do PDL 11/2019.

07-00009/2020 - Retirada do PL 486/2019.

13-00822/2020 - Voto de júbilo e congratulações ao Instituto de Psicologia da USP - IPUSP.

**VEREADOR RINALDI DIGILIO (PSL)**

13-00824/2020 - Coautoria do PL 571/2019.

**VEREADOR OTA (PSB)**

13-00828/2020 - Justificativa de falta.

07-00014/2020 - Retirada do PL 239/2015.

**VEREADORES CELSO JATENE (PL), TONINHO PAIVA (PL) E PAULO FRANGE (PTB)**

07-00005/2018 - Retirada do PL 317/2002

**VEREADORA SANDRA TADEU (DEM)**

07-00007/2018 - Retirada do PL 77/2015.

07-00047/2019 - Retirada dos PLs 526/2018, 527/2018, 464/2018, 308/2018 e 284/2018.

**VEREADOR ANTONIO DONATO (PT)**

07-00016/2018 - Retirada dos PLs 91/2005, 274/2005, 383/2005, 681/2005, 126/2008, 743/2007, 393/2008, 432/2008, 275/2009, 576/2009, 83/2010 e 359/2011.

07-00050/2019 - Retirada do PL 261/2009.

**VEREADORA JULIANA CARDOSO (PT)**

07-00018/2018 - Retirada dos PLs 570/2011 e 359/2013.

07-00014/2019 - Retirada do PL 244/2013.

**VEREADOR MARIO COVAS NETO (PODE)**

07-00023/2018 - Retirada do PL 552/2016.

**VEREADOR ATÍLIO FRANCISCO (REPUBLICANOS)**

07-00005/2019 - Retirada do PL 146/2013.

**VEREADOR ARSELINO TATTO (PT)**

07-00006/2019 - Retirada do PL 104/2015.

**VEREADOR GILBERTO NASCIMENTO (PSC)**

07-00008/2019 - Retirada do PL 662/2017.

**VEREADOR JAIR TATTO (PT)**

07-00019/2019 - Retirada do PL 175/2018.

07-00025/2019 - Retirada do PL 499/2016.

07-00035/2019 - Retirada do PL 43/2018.

07-00036/2019 - Retirada do PL 194/2018.

07-00040/2019 - Retirada do PL 437/2017.

07-00041/2019 - Retirada do PL 43/2018.

**VEREADOR QUITO FORMIGA (PSDB)**

07-00020/2019 - Retirada do PL 79/2017.

**VEREADOR PAULO FRANGE (PTB)**

07-00026/2019 - Retirada do PL 36/2017.

**VEREADOR TONINHO PAIVA (PL)**

07-00027/2019 - Retirada do PL 408/2018.

**VEREADOR DALTON SILVANO (DEM)**

07-00028/2019 - Retirada do PL 373/2009.

07-00029/2019 - Retirada do PL 326/2010.

07-00030/2019 - Retirada do PL 36/2016.

**VEREADOR REIS (PT)**

07-00033/2019 - Retirada do PL 106/2018.

**VEREADOR ALFREDINHO (PT)**

07-00034/2019 - Retirada do PL 109/2012.

07-00051/2019 - Retirada do PDL 74/2012.

07-00052/2019 - Retirada do PL 44/2015.

07-00007/2020 - Retirada do PL 169/2013.

**VEREADOR ADILSON AMADEU (DEM)**

07-00005/2020 - Retirada do PL 485/2012.

**VEREADOR EDUARDO TUMA (PSDB)**

07-00016/2020 - Retirada do PDL 56/2015.

**VEREADOR CAIO MIRANDA CARNEIRO (DEM)**

07-00031/2020 - Retirada do PL 383/2017.

**EXECUTIVO**

15-00529/2018 - Retirada do PL 537/2016.

15-00472/2020 - Retirada do PL 396/2009.

## SECRETARIA DAS COMISSÕES - SGP-1

### EQUIPE DA SECRETARIA DAS COMISSÕES DO PROCESSO LEGISLATIVO – SGP.12

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**  
**EXTRATO DE ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e vinte, às catorze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, com a presença dos vereadores membros Claudinho de Souza, Eduardo Matarazzo Suplicy, Gilberto Nascimento, Jair Tatto e Toninho Vespoli para a realização da décima primeira reunião ordinária do ano de 2020. Passando aos itens em pauta, a apreciação do parecer ao PL 141/2019 foi adiada. Foram aprovados os Requerimentos 25/2020 e 26/2020. O Requerimento 27/2020 foi rejeitado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou

os trabalhos. Para constar, eu, Rafael Robles Godoi, lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, segue assinado pelos membros presentes e por mim subscrito.

**EXTRATO DE ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às catorze horas e onze minutos, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, com a presença dos vereadores membros Eduardo Matarazzo Suplicy, Gilberto Nascimento, Jair Tatto e Toninho Vespoli para a realização da décima segunda reunião ordinária do ano de 2020. Passando aos itens em pauta, foi aprovado o parecer ao PDL 50/2019. Foram aprovados os Requerimentos 28/2020, 29/2020 30/2020 e 31/2020 (todos incluídos na pauta). Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, eu, Rafael Robles Godoi, lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, segue assinado pelos membros presentes e por mim subscrito.

**EXTRATO DE ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às catorze horas e sete minutos, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, com a presença dos vereadores membros Eduardo Matarazzo Suplicy, Gilberto Nascimento, Jair Tatto, Toninho Vespoli e Xexéu Tripoli, para a realização da décima terceira reunião ordinária do ano de 2020. Passando aos itens em pauta, foi rejeitado o parecer ao PL 141/2019. Foram aprovados os Requerimentos 32/2020, e 33/2020. Foi decidido que a Comissão buscará agendar um reunião com a Secretaria Municipal da Fazenda, a fim de discutir a convocação de aprovados em concursos públicos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, eu, Rafael Robles Godoi, lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, segue assinado pelos membros presentes e por mim subscrito.

**EXTRATO DE ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às catorze horas e dois minutos, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, com a presença dos vereadores membros Claudinho de Souza, Eduardo Matarazzo Suplicy, Gilberto Nascimento, Jair Tatto, Toninho Vespoli e Xexéu Tripoli, para a realização da décima quarta reunião ordinária do ano de 2020. O Presidente abriu os trabalhos passando a palavra ao Sr. Ailton Fernandes, representante do SINPRO. Passando aos itens em pauta, foi adiada a apreciação do parecer ao PL 532/2017. Foi aprovado o Requerimento 34/2020 (inclusão de pauta). Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, eu, Rafael Robles Godoi, lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, segue assinado pelos membros presentes e por mim subscrito.

**EXTRATO DE ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às catorze horas e quinze minutos, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, com a presença dos vereadores membros Claudinho de Souza, Eduardo Matarazzo Suplicy, Gilberto Nascimento, Jair Tatto e Toninho Vespoli para a realização da décima quinta reunião ordinária do ano de 2020. O Presidente abriu os trabalhos passando a palavra ao Sr. Kennedy Silva Santos, município, que trouxe a questão da possível terceirização das áreas de Esporte e Cultura nos Centros de Educação Unificados (CEUs). Passando aos itens em pauta, foi aprovado o Requerimento 35/2020 (Audiência Pública). A seguir, foi deliberado convite para que algum representante da Coordenação dos CEUs participe da próxima Reunião Ordinária desta Comissão para tratar da proposta de terceirização dos CEUs. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Rafael Robles Godoi e Inácio Veiga, lavramos a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às catorze horas e treze minutos, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do vereador Eliseu Gabriel, com a presença dos vereadores membros Claudinho de Souza, Eduardo Suplicy, Jair Tatto e Toninho Vespoli para a realização da décima sexta Reunião Ordinária do ano de 2020. Após a abertura dos trabalhos, foi aprovada a publicação do documento elaborado pelo Comitê Emergencial de Crise da Educação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Em seguida, o presidente passou a palavra ao Sr. Romildo Rodrigues e à Sra. Margarida Prado. Após, foi aprovado o primeiro item da pauta, requerimento 36/20 (audiência pública para debater o programa do novo ensino médio do município); foi aprovado o requerimento 39/20 (realização de Audiência Pública conjunta com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para discutir a terceirização na Educação), tendo voto contrário do vereador Claudinho de Souza; foi aprovado o requerimento 42/20 (informações sobre os CDCs à SMS). Voltando à pauta, foi aprovado o item nº 2, requerimento 37/20 (informações sobre o processo de remoção para 2021); e foi aprovada a indicação do vereador Toninho Vespoli para presidir a Sessão Solene de entrega do Prêmio Paulo Freire de qualidade do ensino municipal, dia 18/09/2020, às 19h30. Em pé de pauta, foi aprovado o requerimento 38/20 (informações sobre a contratação de especialistas de notório saber). Também foram aprovados o requerimento 40/20 (informações sobre o Programa Novo Ensino Médio) e o requerimento 41/20 (informações sobre a segurança noturna nas bibliotecas municipais). E foi aprovada a reiteração dos convites ao Secretário Municipal de Educação para prestar esclarecimentos referentes às últimas medidas sobre eventual retorno às aulas; e ao Representante da SME para prestar esclarecimentos sobre a terceirização dos CEUs. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Rafael Robles Godoi e Inácio Veiga, lavramos a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às catorze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, com a presença dos vereadores membros Claudinho de Souza, Jair Tatto, Toninho Vespoli e Xexéu Tripoli para a realização da décima sétima Reunião Ordinária do ano de 2020. Após a abertura dos trabalhos, o vereador Eliseu Gabriel passou a presidência para o vereador Jair Tatto. Passando aos itens da pauta, foi aprovado o parecer do PL 628/13. O vereador Claudinho de Souza solicitou coautoria deste projeto, o que não houve óbice. A seguir, o vereador Claudinho de Souza solicitou que fosse reiterado pedido de informação referente ao Requerimento 34/20. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Rafael Robles Godoi e Inácio Veiga, lavramos a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos dezesseis dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às catorze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, com a presença dos vereadores membros Claudinho de Souza, Eduardo Suplicy, Gilberto Nascimento, Jair Tatto, Toninho Vespoli e Xexéu Tripoli para a realização da décima oitava Reunião Ordinária do ano de 2020. Após a abertura dos trabalhos, o vereador Eliseu Gabriel passou a palavra ao prof. Milton Tortella. Passando aos itens da pauta, o parecer do PL 532/17 foi rejeitado e o vereador Toninho Vespoli foi designado relator para elaboração do parecer contrário. O PL 160/19 foi adiado por 2 sessões. Os Requerimentos 43/20 e 44/20 foram deliberados em conjunto e ficaram pendentes de votação. O Requerimento 45/20 foi aprovado com a ressalva de que o Secretário Municipal da Educação, o Sr. Bruno Caetano, seja convidado, ao invés de convocado, a participar da próxima Reunião Ordinária desta Comissão, no dia 23/09/20, às 13:30 horas. Por fim, a Moção em solidariedade à profa. Mara Cristina Gonçalves da Silva, de autoria do vereador Eduardo Suplicy, foi aprovada. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Rafael Robles Godoi e Inácio Veiga, lavramos a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às treze horas e trinta minutos, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, com a presença dos Vereadores membros Claudinho de Souza, Eduardo Suplicy, Gilberto Nascimento, Jair Tatto, Toninho Vespoli e Xexéu Tripoli e do Vereador Celso Giannazi para a realização da décima nona Reunião Ordinária do ano de 2020. Após a abertura dos trabalhos, o Vereador Eliseu Gabriel passou a palavra aos Vereadores Eduardo Suplicy, Toninho Vespoli e Jair Tatto que fizeram vários questionamentos ao Secretário Municipal de Educação, Sr. Bruno Caetano. A seguir, o presidente passou a palavra ao Sr. Bruno Caetano. No decorrer desta Reunião Ordinária, os Vereadores Claudinho de Souza, Xexéu Tripoli e Celso Giannazi, além da Sra. Margarida Genofre, fizeram uso da palavra. Ao final, o Sr. Bruno Caetano propôs um novo encontro para tratar do Novo Ensino Médio, o que foi prontamente acatado pelo Vereador Eliseu Gabriel. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Rafael Robles Godoi e Inácio Veiga, lavramos a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte, às catorze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, com a presença dos Vereadores membros Claudinho de Souza, Eduardo Suplicy, Gilberto Nascimento, Toninho Vespoli e Xexéu Tripoli para a realização da vigésima Reunião Ordinária do ano de 2020. Após a abertura dos trabalhos, o Vereador Eliseu Gabriel passou a palavra ao Sr. Yves Carneiro Finzetto. Em seguida, foram analisadas solicitações feitas pelo Comitê Emergencial de Crise da Educação. Passando aos itens da pauta, foi aprovado o parecer ao PL 160/2019. O Requerimento nº 46/2020 não foi apreciado. Foram incluídos na pauta e aprovados os Requerimentos nº 47/2020, 48/2020, 49/2020, 50/2020, 51/2020 e 52/2020. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Rafael Robles Godoi e Inácio Veiga, lavramos a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte, às catorze horas e seis minutos, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, com a presença dos Vereadores membros Claudinho de Souza, Eduardo Suplicy e Gilberto Nascimento para a realização da vigésima primeira Reunião Ordinária do ano de 2020. Passando aos itens da pauta, foi aprovado o parecer ao PL 559/2017. Os PLs 134/2019, 195/2019, 104/2019 e o Requerimento 53/2020 foram adiados por 3 sessões. Os Requerimentos 54/2020, 55/2020, 56/2020 e 58/2020 ficaram pendentes de votação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, eu, Rafael Robles Godoi, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por mim subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às catorze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, com a presença dos Vereadores membros Eduardo Suplicy, Gilberto Nascimento, Toninho Vespoli e Xexéu Tripoli para a realização da vigésima segunda Reunião Ordinária do ano de 2020. Após a abertura dos trabalhos, mediante consulta aos membros da Comissão, o presidente passou a palavra à

Sra. Mônica Cristina Bernardes, que leu uma carta de artistas e apoiadores expressando preocupação com o futuro do Centro de Referência da Dança e demais equipamentos públicos localizados no Vale de Anhangabaú. Passando aos itens da pauta, o parecer ao PL 671/18 ficou pendente de votação; foram aprovados os Requerimentos 54/20, 55/20, 56/20, 57/20, 58/20 e 59/20. E, em pé de pauta, foi aprovado o Requerimento 60/20. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Rafael Robles Godoi e Inácio Veiga, lavramos a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, às catorze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, com a presença dos Vereadores membros Eduardo Suplicy, Jair Tatto e Toninho Vespoli para a realização da vigésima terceira Reunião Ordinária do ano de 2020. Após a abertura dos trabalhos, passou-se aos itens da pauta, tendo sido aprovado o parecer ao PL 806/17. Em pé de pauta foi aprovada uma Moção de Repúdio a privatização do Ginásio do Ibirapuera; e foi aprovada uma Manifestação dos artistas urbanos e representantes artísticos de diversos movimentos, em que solicita que seja respeitado no Plenário da CMSP um minuto de silêncio em memória ao artista Wellington Copido Benfati, de nome artístico "Nego Vila", assassinado em 28/11/20. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Rafael Robles Godoi e Inácio Veiga, lavramos a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, às catorze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, com a presença dos Vereadores membros Eduardo Suplicy, Gilberto Nascimento, Jair Tatto e Toninho Vespoli para a realização da vigésima quarta Reunião Ordinária do ano de 2020. Após a abertura dos trabalhos, passou-se aos itens da pauta, tendo sido aprovado os pareceres ao PL 195/19, PL 540/19 e PDL 66/20. O PL 104/19 teve o voto vencido do Relator, sendo que o Vereador Toninho Vespoli foi novamente escolhido para elaborar o novo relatório, e, uma vez obtido o número regimental de votos, o PL 104/19 teve o parecer contrário aprovado. O PL 134/18 ficou pendente de votação. O Requerimento 61/20 também foi aprovado, com uma modificação: o trecho "convocação do Secretário Municipal de Educação" foi substituído pelo trecho "convite ao Secretário Municipal de Educação". E em pé de pauta, foi aprovada a Moção de Apoio ao texto integral do substitutivo do PL 4.372/2020, do deputado Felipe Rignon (PSB-ES), aprovado no Senado Federal, na

taria (bastaria o envio de um email). Outro problema é a falta de um cronograma de crédito dos cartões, porque há famílias que estão perguntando. Mariane (CCA): Não concorda que as verbas tenham aumentado para a rede conveniada. A Mariane mesma não foi contemplada em nada e tem um filho em CEl. Com relação à alimentação estragada, disse que a maioria das cestas básicas são doadas por empresas, mas a prefeitura não supervisiona a qualidade (onde estaria então o dinheiro da prefeitura para a alimentação). Também considera insuficientes os valores distribuídos por aluno e gostaria de comparar quanto a prefeitura gasta quando o aluno está na escola com o que distribui a cada um deles agora. Marcos Rubens (Polo Social Cívico Brasília): A questão da alimentação estragada é muito grave. Estado e municípios não dialogam (o Conselho Estadual de Educação emitiu parecer favorável ao retorno às aulas, como ficarão os municípios com essa decisão?). Compra de vagas em estabelecimentos privados e o Estado tem 35% de salas ociosas. Maurin (docente de CEI e EMEI): que o valor do cartão seja gasto somente com alimentos de qualidade. Debora (APROFEM): ratificou: não necessidade de fazer inscrição, pois existe matrícula; alimentos estragados, pedir esclarecimentos, as empresas precisam ser responsabilizadas; não existem protocolos sanitários nas unidades escolares e muitos estão adoecendo. Maciel (SINDSEP): Mencionou a audiência pública do PL 452 que ocorria ao mesmo tempo e destacou estudo de inconstitucionalidade feito pela procuradoria da C MSP, mas que foi "ignorado" em parecer vigente, além dos distritos de alguns parlamentares na referida AP quanto à participação da sociedade civil em geral.

Márcia (SINESP): Pede para se organizar junto com a prefeitura um comitê de crise.

Iraci e Vilani (Fórum MOVA): para os alunos do MOVA não existe direito a alimentação, já foram excluídos oficialmente. André Luzzi (COMUSAN): Criança e adolescente é prioridade, Existem exemplos de outros lugares em que a distribuição de alimento pode ser feito na casa das pessoas. Muitos contratos com os pequenos produtores agrícolas foram suspensos. Necessidade em se fazer diligências nos estoques de alimentos das escolas e pedir um inventário. Atentar ao PL 452 e a questão dos recursos de alimentação. Vera (COMUSAN): O PNAE é universal, então não faz sentido o que a prefeitura está fazendo. (desacordo com a legislação). Em seguida o vereador Jair Tatto, citou algumas representações que estavam ausentes, como, Conselhos Municipais de: Educação, Criança e Adolescente, Juventude. Fórum de Educação Infantil conveniadas, USP e Rede Nossa São Paulo GT Educação. Por fim disse que todos os inscritos foram chamados.E, juntamente com o vereador Eliseu Gabriel, decidiu enviar os questionamentos levantados nessa AP na forma de requerimento de informações ao Executivo, contudo deverá ser apreciado e aprovado na reunião ordinária da Comissão de Educação na data de 05.08.20.

Para constatar, eu, Rafael Robles Godoi, secretariei os trabalhos e lavrei a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada pelos membros presentes e por mim subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA 8ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos dez dias de setembro de dois mil e vinte, às onze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência do Vereador Toninho Vespoli, com a presença dos Vereadores membros Eduardo Suplicy e Gilberto Nascimento, para a realização de Audiência Pública para debater a reforma do ensino médio municipal.A sessão se iniciou com breve explanação do Sr. Romildo Rodrigues. A seguir, outros convidados fizeram uso da palavra: Valquíria Santos, João Matias Santos, Neivaldo Augusto Zovico, Margarida Prado (APROFEM), Norma Santos (SINESP) e Célia Cordeiro (SINPE-EM). Após, o Presidente abriu a palavra para o público inscrito. Em seguida, o vereador Eduardo Suplicy fez uso da palavra, juntamente com o presidente Toninho Vespoli. O Presidente encerrou a audiência às treze horas, agradecendo a presença de todos. A tradução em Libras foi realizada pelos intérpretes Elisa de Freitas Gouveia Guedes e Edson Silva Guedes. Para constar, nós, Rafael Robles Godoi e Inácio Veiga, secretariamos os trabalhos e lavramos a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA 9ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos trinta dias de setembro de dois mil e vinte, às catorze horas,utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, e com a presença do Vereador membro Eduardo Suplicy,para a realização de audiência pública referente ao Projeto de Lei nº 58/2016, Projeto de Lei nº 347/2017, Projeto de Lei nº 10/2018, Projeto de Lei nº 134/2018, Projeto de Lei nº 231/2018, Projeto de Lei nº 277/2018, Projeto de Lei nº 532/2018, Projeto de Lei nº 40/2019, Projeto de Lei nº 104/2019, Projeto de Lei nº 162/2019, Projeto de Lei nº 163/2019, Projeto de Lei nº 195/2019, Projeto de Lei nº 369/2019 e ao Projeto de Lei nº 446/2020.O Presidente abriu a palavra para manifestação do Vereador e do público presente.Após, o Presidente encerrou a audiência às catorze horas e trinta minutos, agradecendo a presença de todos. A tradução em Libras foi realizada pelos intérpretes Cruz Ribeiro Sansão e Tais Fernanda Fonseca Aquino. Para constar,nós, Rafael Robles Godoi e Inácio Veiga, secretariamos os trabalhos e lavramos a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO COMITÊ EMERGENCIAL DE CRISE DA EDUCAÇÃO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às catorze horas e quatro minutos, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, para a realização da Reunião do Comitê Emergencial de Crise da Educação. Estiveram presentes os vereadores membros Eduardo Matarazzo Suplicy, Jair Tatto e Toninho Vespoli. Esteve presente o Vereador Cláudio Fonseca. O Presidente abriu os trabalhos passando a palavra aos vereadores para que se manifestassem. Na sequência, os convidados fizeram uso da palavra. Estiveram presentes: Margarida Prado (APROFEM), Luiz Carlos Ghilardi (SINESP), Márcia Simões (SINESP), Kézia Alves (CRECE), Michele Oliveira (SINPEEM), Christian Sznick (SINESP), Patrícia (SINPEEM), Maciel Silva Nascimento (SINDSEP), Maria Vilany Rodrigues (CRECE e Fórum Municipal de Educação), Joella Aguiar (SEDIN), Ivan Ferreira (FPEI), Ailton Fernandes(SINPRO) e Iraci (MOVA). Nesta 4ª (quarta) reunião de trabalho do Comitê Emergencial de Educação, foram retomadas questões abordadas anteriormente, mas buscou-se enfatizar, por parte de todos os agentes envolvidos, a necessidade de exigir ações e respostas efetivas do Poder Executivo Municipal. É premente que sejam empreendidas ações substanciais para que o Comitê não se reduza a um discurso vazio. A constatação é a de que a questão é política, mais do que técnica, e exige pressão por parte da sociedade e dos parlamentares. Diante do movimento da Secretaria no sentido da

reabertura da rede municipal de educação, os participantes foram praticamente unânimes em ressaltar os seguintes tópicos:

- Falta de diálogo com os profissionais da educação e familiares dos alunos da rede municipal;
- Dar um prazo maior para as famílias efetuem o cadastro via online do cartão alimentação;
- Ampliar a testagem sorológica para as crianças e profissionais da educação;
- A preocupação das escolas particulares com o retorno às aulas sem estrutura adequada;
- Realizar a chamada dos concursados municipais para os diferentes cargos vagos da área da educação;
- Apontou-se a preocupação com a pressão dos interesses empresariais para que ocorra o retorno às aulas e as condições precárias das unidades escolares, não há condições sanitárias, estruturais, pedagógicas e psicossociais para o retorno das aulas presenciais no ano de 2020. O quadro epidemiológico ainda não é seguro, os prédios escolares não estão adaptados, não há equipes de limpeza suficiente para atender o protocolo, os profissionais de educação precisam ser preparados para a nova realidade, as famílias e os alunos estão comprometidos social e psicologicamente;
- A desigualdade social e os problemas operacionais da Secretaria Municipal de Educação inviabilizaram a EAD. Os alunos não têm logrado acesso às aulas virtuais e os cadernos "Trilhas de Aprendizado" não chegaram a todos os domicílios;
- Muitos profissionais enquadram-se na situação de comorbidade ou de faixa etária de risco, e esse dado criará lacunas que deverão ser equacionadas de algum modo, é preciso chamar os profissionais concursados;
- As cestas de alimentos e o "Cartão alimentação" não estão chegando a contento até as famílias cadastradas. Frisou-se, também, a necessidade de ampliar e prorrogar o prazo para realização do cadastro online, e desta forma atenderas famílias, principalmente aquelas se encontram-se em vulnerabilidade;
- É preciso tratar da educação das crianças até os 6 anos de idade como uma modalidade específica e única, que exige uma série de cuidados sanitários e pedagógicos que não se aplicam do mesmo modo aos demais alunos da rede;
- O segundo semestre de 2020 deverá ser para organização e estruturação das unidades para um retorno seguro às aulas para o ano de 2021.

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião. Para constar, eu, Rafael Robles Godoi, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por mim subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO COMITÊ EMERGENCIAL DE CRISE DA EDUCAÇÃO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às catorze horas e dois minutos, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, para a realização da Reunião do Comitê Emergencial de Crise da Educação. Estiveram presentes os vereadores membros Eduardo Matarazzo Suplicy, Jair Tatto, Toninho Vespoli e Xexéu Tripoli. O Presidente abriu os trabalhos lendo um trecho da resposta a uma indagação enviada acerca da liberação de recursos financeiros do PNAE à Prefeitura de São Paulo. Na sequência, os convidados fizeram uso da palavra. Márcia Fonseca Simões (SINESP): Se manifestou acerca do item anterior alegando que esses recursos estão na conta, mas que devido à Lei 13.987, só é permitido utilizar esse dinheiro para a compra de alimentos/bens alimentícios, e que o problema reside no fato de que a Prefeitura queria usar estes recursos para o cartão, e houve uma negativa por duas vezes. O pedido do Secretário era no intuito de alterar o foco do uso do dinheiro previsto em Lei e isso foi negado. A segunda leva de cestas vai ser comprada com dinheiro da prefeitura e provavelmente a Secretaria vai conseguir utilizar estes recursos. Além disso, haverá um comitê que irá gerenciar o uso desse dinheiro dentro da Secretaria.

V. Jair Tatto: Pediu a confirmação se a Secretaria poderia utilizar esses 90 milhões de reais para a compra de cestas básicas de alimentos e distribuir para os alunos. Márcia Fonseca Simões (SINESP): Confirmou que sim, inclusive mantendo as normas de agricultura orgânica, mantendo todos os processos e contratos que estavam previstos anteriormente, para dar continuidade durante a pandemia. A diferença reside no fato de que a alimentação escolar seria na escola e a Lei 13.987 dispõe que mesmo não tendo aula e não estando fisicamente na escola, as crianças e os adultos teriam direito a essa alimentação.Maciel Silva Nascimento (SINDSEP): Solicitou que as entidades que compõem o Comitê possam ter acesso à resposta do MEC em debate.O V. Eliseu Gabriel concordou em enviar o material a todas as entidades do Comitê.Luiz Carlos Ghilardi (SINESP): O prefeito acabou de descartar as atividades de reforço escolar em setembro, como o Estado havia autorizado. Foi realizado o inquérito sorológico e segundo este estudo, 16,1% dos alunos da rede já contraíram a doença e 64,4% são assintomáticos, o que leva a uma reflexão de que se realmente ocorrer um retorno em outubro esse quadro irá se agravar. Na sexta feira ocorrerá uma mesa setorial com SME e as entidades. Margarida Prado (APROFEM): O caminho para combater a reabertura em setembro estaria sendo corretamente percorrido, porém, não se pode esperar o momento da reabertura a fim de tomar as devidas providências. É o momento de preparar as escolas e os profissionais de educação, uma vez que a educação à distância ou o home schooling não são alternativas, eis que a educação se dá na escola, nas relações interpessoais e esse ambiente é o que deve ser retomado em condições de segurança. Para uma eventual reabertura com condições de segurança, em termos de saúde, é necessário melhorar os equipamentos, fornecer treinamentos para os profissionais de educação, insumos, entre outros, para que a escola possa voltar a ser o que ela é. A questão do conteúdo pode se recuperar ao longo do tempo, mas não se recupera a vida. É necessário, sem colocar os profissionais de educação na linha de frente sob o risco de contrair o Covid-19, buscar, pensar, estruturar as ações para que se possa ter de volta as escolas funcionando com segurança.V. Jair Tatto: Solicitou que houvesse um foco em produzir um documento do Comitê voltado aos aspectos que de fato se defende, como por exemplo, que a reabertura das escolas ocorra em fevereiro de 2021, que ocorra a readequação das escolas, a capacitação dos profissionais, que se chame os concursados, entre outros. Iraci Ferreira Leite (MOVA): Em relação à volta às aulas, o MOVA teve que enviar um documento para a Secretaria justificando porque o movimento não queria o retorno das aulas, embora se saiba que os educandos dessa modalidade são pessoas mais idosas e vulneráveis. Em setembro,há uma semana de alfabetização e o MOVA também teve que justificar porque não seriam realizadas atividades relativas a esta semana, porém em meio a essa pandemia não há a mínima possibilidade de se fazer eventos presenciais. Joella Aguiar (SEDIN): Defende a chamada do concurso que está parado desde março. Concorda com o retorno em 2021, não somente com um teste sorológico, mas com uma vacina e um controle melhor desse atendimento. Foram visitadas várias escolas no Butantã e na região norte, Freguesia do Ó, e algumas delas possuíam reformas na área da educação infantil, porém em outras se encontrou uma situação estrutural muito complicada para se retornar em outubro. É necessário enviar alimentação para as crianças e suas famílias, além disso, o SEDIN defende a continuidade do atendimento remoto nesse ano enquanto ocorre a preparação e organização para o momento

que surgir uma vacina para um retorno seguro. Maciel Silva Nascimento (SINDSEP): Reitera a impossibilidade do retorno às aulas e comenta que o anúncio dos resultados do inquérito sorológico aponta ao que já era dito em alguns momentos no Comitê. É necessário discutir de que forma se poderá fornecer suporte aos funcionários que estão em trabalho remoto, com estrutura e condições de trabalho adequadas. Manter o posicionamento do não retorno nesse ano, mas discutir também como se dará as condições, não só para os profissionais de educação, mas às famílias, no momento do retorno.Outra questão levantada se refere à contratação emergencial realizada pela prefeitura, que foi de um descaso absurdo, sendo uma situação lamentável a ocorrência de aglutinações em frente às Diretorias Regionais de Educação. Não cabe para a cidade de São Paulo, uma Secretaria de tal porte e importância, não apresentar condições para se organizar um processo como esse. A priori, defende-se a linha da realização dos concursos públicos, há centenas de vagas que estão presas na Secretaria da Fazenda para os professores de educação infantil, nesse caso é importante que o Comitê encaminhe um documento à Secretaria da Fazenda e à SME questionando qual a situação para a liberação dessas vagas para que possam ser chamados os concursados em detrimento à contratação que está ocorrendo no atual momento. Outro ponto a se destacar se refere à terceirização dos CEU's, posto que, dos 12 CEU's que estão previstos, alguns foram inaugurados sem condições de serem abertos à população, além disso, a cultura e as áreas de esportes seriam terceirizadas para organizações sociais. Questionou também como foi o debate na audiência pública do último dia 14, sexta feira, uma audiência pública que não teve uma comunicação e uma ampla divulgação, e que versava sobre a terceirização dos CEU's. Questionou sobre o posicionamento da Comissão de Educação diante dessa audiência pública que foi realizada das 10:00 às 13:00 sem qualquer comunicação prévia aos interessados para estarem junto à Câmara Municipal. Patrícia (SINPEEM): Deve-se passar para a fase de exigências, ou seja, esse documento que o V. Jair Tatto propõe deveria ir em direção às cobranças, eis que esse Comitê já está em funcionamento, tem um parecer contrário ao retorno às aulas e protocolos que deveriam ser efetivados nas unidades escolares para garantir a proteção à vida de bebês, crianças, adolescentes e adultos, que são os profissionais de educação, sendo, portanto, o momento de se partir para a fase de cobranças. Os dados do inquérito sorológico, divulgados hoje, deveriam fazer parte desse documento, uma vez que 16% já tiveram contato, sendo que 64% dessas crianças são assintomáticas, além disso, essa doença tem cor, tem classe social, são pretos, pardos e pobres que estão adoecendo e eles não vão ter as mesmas condições de tratamento como o governador ou o secretário da educação possuem. Esses dados mostram que 83,9% das crianças não tiveram ainda contato com o vírus, isso significa que o não retorno às aulas e as nossas defesas estão se mostrando corretas. Defende-se o não retorno em 2020, enquanto não tivermos os protocolos efetivados nas escolas. O secretário de educação tem dito que quem vai orientar sobre o retorno às aulas é a saúde, porém, o SINPEEN não concorda que seja apenas a saúde, não por não se respeitar a saúde, pelo contrário, a saúde e a ciência devem nos munir acerca das informações necessárias para se preservar a vida, mas quem entende de educação são os profissionais de educação que conhecem as escolas e as precariedades do serviço. Os concursos públicos precisam ter continuidade. Há concursos de PEI, de Diretor, de Supervisor de Escola, cuja validade caducaria no mês de abril, mas foram estendidos até dezembro de 2021. E os últimos homologados foram os de CP e o de ATE. Não se concorda com uma contratação para cargos livres, pois existe um concurso que vai dar conta do provimento, essas contratações são para substituir os profissionais que vão precisar estar afastados porque são grupo de risco, possuem algumas doenças e é necessário deixar que essas pessoas permaneçam no serviço remoto para preservar a vida. A prefeitura tem que garantir a merenda para todos e o cartão alimentação não deveria apresentar nenhuma restrição, pois ou responsáveis não precisariam alegar que são vulneráveis ou não, eis que se a criança está matriculada em escola pública, tal fato já seria condição para garantir a ela esse direito. Melhorias das plataformas e do acesso à internet para as comunidades a fim de se evitar que essas crianças sejam excluídas do processo educacional. Ivan Ferreira Santos de Carvalho (Fórum Paulista de Educação Infantil): Dois pontos a serem enfatizados. O primeiro seria a privatização dos CEU's cuja denúncia ocorreu durante a discussão do orçamento de 2019 para 2020. Esse projeto de privatização vem de longa data. O Comitê tem a função de revogar a Lei nº 17.437/20porque já se sabe o que há por trás disso. O Fórum Paulista quer reforçar que o Comitê tem o dever de derrubar o antigo PL 452/20, atual Lei nº 17.437/20, se posicionar contra a privatização dos CEU's e contra o projeto de homeschooling.

Christian Silva Martins de Mello Sznick (SINESP): No caso dos gestores educacionais, Diretor e Supervisor, a autorização está parada na Secretaria da Fazenda, questiona-se por que não se liberam logo esses cargos. Coordenador Pedagógico e Auxiliares Técnicos de Educação tiveram o seu concurso homologado. Momento propício para se organizar a rede para futuramente apresentar uma condição adequada de atendimento. Há um concurso de Supervisor vigente, um concurso de coordenador recém-homologadoe seria necessária a ampliação dos cargos do módulo atualmente existente. Aumentar os CP's seria por portaria, e para a Câmara, seria necessário iniciar a construção de um processo que culminaria no surgimento de uma nova lei de ampliação do módulo de supervisão, eis que, de uns anos para cá, aumentou o número de unidades existentes. Rever os módulos atuais que a Secretaria possui e chamar os efetivos dos concursos representam, basicamente, os itens que se defende na reunião de hoje. Márcia Fonseca Simões (SINESP): No tocante a alimentação, a Lei nº13.437 diz que as escolas particulares que vão receber as crianças teriam que manter o mesmo padrão de alimentação escolar, e o questionamento a ser posto é o de como se dará esse acompanhamento por parte do CAI, por parte dos supervisores escolares,lembrando que a previsão da Secretaria não seria mais 35%, uma vez que se ocorrer a volta com segurança no final do ano, implicaria, talvez, num aumento dessa compra de voucher.

No final da reunião o V. Eliseu Gabriel sugeriu, conforme manifestação do V.Jair Tatto, a elaboração de um documento sucinto com os posicionamentos do Comitê. Esse documento será redigido por uma Comissão de Redação, que fora criado para tal fim na presente reunião, tendo como componentes Margarida, Márcia, Maciel e Patrícia. Foi acertado que na próxima reunião do Comitê esse documento será apresentado e posto à deliberação de todos os membros. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião. Para constar, eu, Rafael Robles Godoi, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por mim subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO COMITÊ EMERGENCIAL DE CRISE DA EDUCAÇÃO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE– QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às catorze horas e dois minutos, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, para a realização da Reunião do Comitê Emergencial de Crise da Educação. Estiveram presentes os vereadores membrosEduardo Matarazzo Suplicy, Jair Tatto

e Toninho Vespoli; e também representantes de entidades da área da Educação: Sinpeem, Sinesp, Sedin, Aprofem, Sindsep, Sitraemfa, MOVA, CRECE, FPEI eprofissionais da área. Após a abertura dos trabalhos, o Comitê pôde apresentar e discutir o documento elaborado frente às necessidades educacionais, e as ocorrências durante a pandemia do Covid-19. Ante as condições epidemiológicas do Município, que ainda são bastante sérias e exigem toda a cautela, foi exatamente para atender a essa exigência que a Comissão de Educação, Cultura e Esportes deliberou por acolher e sediar o Comitê Emergencial de Crise da Educação, um fórum autônomo aberto para a ampla representação dos agentes da comunidade escolar, incluindo a Secretaria Municipal de Educação.O pleno desta Comissão compreende, desde o início, que a matéria em pauta não pode ser tratada de modo imediatista e tecnocrático, nos limites dos gabinetes, haja vista os transtornos decorrentes do isolamento social e a defasagem das atividades educacionais online. Neste contexto, o Comitê tem buscado junto ao Executivo deliberar medidas e protocolos que restabeleçam o âmbito escolar com o retorno das aulas presenciais, bem como a regulamentação da Lei nº 17.437, de 12 de agosto de 2020.Segundo os participantes presentes, o documento conseguiu contemplar toda a discussão realizada até o momento, entendeu-se que é imprescindível viabilizar uma política pública intersetorial, mais eficiente de recursos e de atendimento, que garanta o direito à vida e à proteção. Este traz ainda, o posicionamento contrário do Comitê sobre o retorno às aulas presenciais em 2020.Não é factível o retorno das aulas presenciais; qualquer medida administrativa e protocolos de retorno precisam ser objeto de uma elaboração conjunta e democrática. Especialistas da saúde trazidos para o debate tiveram papel relevante ao afirmarem que o retorno às aulas em setembro seria prematuro e, dado o tempo, os educadores não cumpririam o objetivo de garantir aprendizagens, mas teríamos a ampliação do contágio e o adocimento dos estudantes, dos profissionais de educação e de seus familiares, já que as crianças, em percentual significativo, são transmissoras potentes do vírus por serem assintomáticas. Os Vereadores Eliseu Gabriel, Jair Tatto, Toninho Vespoli, e os respectivos representantes das entidades participantes do comitê acordaram que os mesmos irão pessoalmente protocolar o texto aprovado por unanimidade junto ao Secretário Municipal da Educação, Bruno Caetano, na próxima quinta-feira (27/8).Vale ressaltar que além das assinaturas dos membros do Comitê, este poderá contar com as assinaturas de outros parlamentares envolvidos na causa. Outras questões que serão levadas ao Executivo se referem à alimentação para todos, acesso remoto de qualidade, renda básica cidadã, investimento no SUS (Sistema Único de Saúde) e no HSPM (Hospital do Servidor Público Municipal), além de questionamentos sobre a Minuta de protocolos da SME.Não havendo mais nada a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião. Para constar, nós, Rafael Robles Godoi e Inácio Veiga, lavramos a presenteata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO COMITÊ EMERGENCIAL DE CRISE DA EDUCAÇÃO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE– QUARTASESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

No primeiro dia de setembro de dois mil e vinte, às catorze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, para a realização da Reunião do Comitê Emergencial de Crise da Educação. Estiveram presentes os Vereadores membros Eduardo Matarazzo Suplicy, Jair Tatto e Toninho Vespoli; e também representantes de entidades da área da Educação: SINPRO-SP, APROFEM, SINESP, SINDSEP, SEDIN, SINPEEM, CRECE, CAE, MOVA, dentre outros.O Senhor Presidente, Vereador Eliseu Gabriel, iniciou os trabalhos do Comitê relatando que, dadas as circunstâncias, não foi formalizada na quinta-feira passada, a entrega do documento redigido pelo Comitê Emergencial de Crise da Educação junto à Secretaria Municipal de Educação. Ressaltou que o documento é consistente e foi bem elaborado e parabenizou os seus redatores, restando definir como se dará seu encaminhamento. Citou que nessa semana mais coisas evoluíram e que, como noticiado, escolas estariam autorizadas a voltar em outubro, mas que há prefeituras que não querem retornar, após o que, concedeu a palavra aos demais participantes. O professor Ailton (SINPRO-SP), representando sindicato de professores da rede privada, manifestou que, em reunião na Federação dos Professores, presidida pelo Professor Celso Napolitano, houve preocupação com o que está ocorrendo com escolas do interior pois, com o Plano São Paulo, há prefeitos que não vão abrir as escolas municipais, mas poderão deixar as escolas privadas à revelia, à decisão, sobretudo, dos pais. Entendemos que a decisão das aulas presenciais é uma questão de saúde pública e que, portanto, deve partir do Poder Público e não ser delegada aos pais ou aos donos de escola. Isso envolverá também, pe-roneiros, cantineiros, pessoas idosas. Outra preocupação é o fato de abrir as escolas privadas e aprofundar o abismo educacional entre as escolas públicas e as escolas privadas. Existem escolas privadas nas regiões mais pobres da cidade e, portanto, sem condições de colocar os mínimos de protocolos de volta, de saneamento. Portanto, o pleito que trago é colocar no documento elaborado essa preocupação quanto ao retorno das escolas privadas. A professora Margarida (APROFEM) manifestou não ver problemas no pleito do Ailton, pois coincide com o que já foi elaborado pelo Comitê. Com relação à recusa da Secretária Adjunta em nos receber, dado que o Comitê é um coletivo e alguns entenderam por não ir, concordamos em abortar a iniciativa de entregar o documento no dia vinte e sete de agosto. Há então que se definir o próximo passo, que poderá ser uma convocação do Secretário pela Comissão de Educação. A professora Márcia (SINESP) concordou com a proposta da Margarida. Representante também do Conselho de Alimentação Escolar, relatou sobre situações de falta de higiene em muitas escolas. Ainda sobre a alimentação escolar, relatou sobre o cartão alimentação que, como noticiado, das quinzentas mil famílias inscritas, noventa e sete mil eram relativas ao município de São Paulo; que apenas três por cento das famílias dos alunos da rede municipal declarou receber acima de três salários mínimos e que o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, financiado com recursos federais, estaduais e municipais, deveria abranger todos os alunos matriculados na rede municipal. No entanto, persiste a questão da vulnerabilidade como condicionante do benefício, ao invés de abranger a todos. De outro aspecto, a Secretaria está colaborando e houve uma reunião quanto à montagem dos kits das cestas básicas na CODAE, porém até a entrega há uma demora. Por fim, citou informação de que, quanto ao cartão merenda, inicialmente trinta por cento não fizeram o cadastro e então abririam nova oportunidade de cadastramento, mas, dos que fizeram o cadastro, menos de cinco por cento receberam o cartão e, ainda, que há dificuldades dos pais em obter informações por atendimento telefônico e junto à rede, pois não estão divulgadas as questões do cadastro e da obtenção do cartão. A Vilany informou que está circulando hoje na rede e-mail noticiando que para quem não recebeu, os cartões serão enviados para entrega nas unidades no período de 1º a quatro de setembro. O professor Luiz (SINESP) reforçou a sua preocupação quanto às declarações do senhor Secretário de que as escolas da rede municipal estão prontas para receber a volta às aulas. Necessário, então, convocar o Secretário para que dê uma devolutiva sobre esse preparo da rede em termos de estrutura e de condições humanas. Citou sobre ação do Ministério Público e da Defensoria da Infância e da Juventude que

realizam uma escuta quanto à questão da volta às aulas, cujo resultado é de interesse e deveria ser conhecido pelo Comitê. O professor Maciel (SINDSEP) questionou sobre o anúncio de hoje da normativa do Estado deixando a cargo dos municípios a forma do retorno às aulas. Ressaltou a importância de se publicar o documento elaborado, para que o posicionamento chegue às instituições, à sociedade paulistana, de que um retorno só ocorra em 2021. Solicitou que também fosse acrescentada ao documento a questão da terceirização dos CEUs, salientando que o Comitê deveria se debruçar sobre a questão do montante de recursos da educação que está se aportando para a iniciativa privada. A professora Joélia (SEDIN) expressou-se sobre a posição do não retorno; sobre a necessidade de organização das escolas, muitas por ela visitadas nos últimos dias, o que causa preocupação devido aos resultados do inquérito sorológico e o discurso de retorno em outubro. Ressaltou que além do posicionamento do Comitê, deve haver um posicionamento da Comissão de Educação e da Câmara Municipal, que têm amplo contato com a população, tendo em vista os impactos do retorno às aulas para a saúde da população de todo o município. A professora Patrícia (SINPEEM) também concordou com a inclusão solicitada pelo Ailton. Quanto ao documento, afirmou que deve haver um encaminhamento para que não se perca o trabalho realizado pelo Comitê, para que haja o devido e necessário preparo das escolas. Deve-se, portanto, exigir a presença do Secretário ou de representante, para devolver as respostas necessárias para que haja um mínimo de segurança no retorno. Citou que estamos em um momento de receber minutos de como será a organização das escolas em 2021, por exemplo, orientação das DREs quanto ao funcionamento e número de salas de aula e quanto ao número de alunos por sala. Ainda, que não há sentido em reabrir em outubro devido à ampliação do contágio e do adoecimento que causaria como se vê em outros países que reabriram a educação e tiveram que retroceder. A professora Vilany (CRECE) informou que na retomada dos Grupos de Trabalho com a Secretaria as famílias foram unânimes para que seja realizada uma Consulta Pública e que todos apontam para a retomada em 2021. O vereador Jair Tatto citou que, como quatro vereadores assinaram o documento, fica fácil deliberar sobre encaminhamentos na Comissão de Educação. Ressaltou a importância do tema trazido pelo Ailton. Questionou sobre a possibilidade de se publicar o documento no Diário Oficial da Cidade, considerando-se uma deliberação da Comissão de Educação. Por fim, citou sobre requerimento de audiência pública do Maciel do SINDSEP sobre a terceirização dos CEUs, adiado até o momento. O vereador Suplicy também ressaltou a importância das manifestações de professores das redes públicas e privadas, lembrando que, embora o documento não tenha sido recebido na Secretaria de Educação, foi divulgado em suas redes sociais. Indagou sobre a reunião que deverá ocorrer amanhã na Comissão de Educação, com convidado para tratar do tema da terceirização dos CEUs e se há possibilidade de que esteja presente o Secretário Bruno Caetano, para que se aborde tanto o tema dos CEUs quanto as questões constantes do documento produzido. O vereador Toninho Vespoli, também manifestou concordância com a inclusão solicitada pelo Ailton e manifestou sua concordância com a fala do SEDIN, no sentido de que foi elaborado um documento excepcional e que a Comissão de Educação tem elementos para forçar uma discussão sobre os temas tratados e propôs que o Secretário seja convidado ao debate, pois as atitudes da Secretaria demonstram a possibilidade de que de fato a abertura ocorra em outubro. Nesse sentido, o vereador Jair Tatto ressaltou que hoje houve a publicação de edital de licitação para a aquisição de kits de higiene e de material escolar. O vereador Suplicy ressaltou que, como os quatro vereadores presentes concordam, houvesse a inclusão de convite ao Secretário Bruno Caetano para a reunião da Comissão de Educação de amanhã, para que possa responder a todas as questões que se apresentam. O vereador Eliseu esclareceu que, para tanto, os quatro vereadores devem estar presentes às quatorze horas, logo ao início da reunião de amanhã da Comissão de Educação, para que se possa aprovar o documento como sendo da Comissão também, e então solicitar-se a sua publicação no Diário Oficial da Cidade, tudo após a inclusão no documento das questões levantadas pelo Ailton e pelo Maciel, quanto aos CEUs. Foi combinado com os responsáveis o encaminhamento das inclusões propostas, com posterior encaminhamento para a secretaria da Comissão de Educação. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião. Para constar, nós, Rafael Robles Godoi e Inácio Veiga, lavramos a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

#### EXTRATO DE ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO COMITÊ EMERGENCIAL DE CRISE DA EDUCAÇÃO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Aos quinze dias de setembro de dois mil e vinte, às catorze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, para a realização da Reunião do Comitê Emergencial de Crise da Educação. Estiveram presentes os Vereadores membros Claudinho de Souza, Eduardo Matarazzo Suplicy, Jair Tatto e Toninho Vespoli. Foram convidadas as seguintes entidades: SINPEEM - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo, SEDIN - Sindicato dos Educadores da Infância, SINDSEP - Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo, APROFEM - Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo, SINESP - Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo, FMEESP - Fórum Municipal de Educação de São Paulo, FMEISP - Fórum Municipal de Educação Infantil de São Paulo, CME-SP - Conselho Municipal de Educação de São Paulo, CAE - Conselho de Alimentação Escolar, CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CMDJ - Conselho Municipal dos Direitos da Juventude, MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, CRECE - Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola, FPEISP - Fórum Paulista de Educação Infantil, SIEEESP - Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo, Fórum de Educação Infantil Conveniadas, SINTRAEMFA - Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e à Família do Estado de São Paulo, NAI - USP - Núcleo de Avaliação Institucional e Rede Nossa São Paulo - GT Educação. O Vereador Eliseu Gabriel iniciou a reunião comentando acerca da importância da publicação, no Diário Oficial, do documento elaborado pelo Comitê Emergencial de Crise da Educação. Logo após mencionou que o cenário eleitoral que se inicia poderá afetar o contexto da gestão do Executivo. Por fim abriu a palavra para os inscritos. A Sra. Margarida (APROFEM) informou que ocorreu uma reunião da mesa setorial de educação com SME e o secretário informou que o prefeito irá, na próxima quinta-feira, anunciar a sua decisão sobre abrir ou não as escolas, baseado nos resultados dos inquéritos sorológicos efetuados. Nessa mesma reunião foi afirmado que seriam transferidos de volta às unidades educacionais os professores que estavam alocados em órgãos centrais e regionais de SME. E hoje, no Diário Oficial, foi publicado uma medida na qual os auxiliares e técnicos de educação foram transferidos para as escolas, sendo que esse fato os prejudica, eis que eles estão sendo inscritos de ofício para a remoção de forma repentina e sem nenhum aviso prévio. Essas duas situações de transferências de profissionais para as unidades escolares se mostram como sinalizações do intuito de se reabrir as escolas. Há uma forte preocupação em relação a esse possível

anúncio do retorno às aulas pelo prefeito na próxima quinta-feira. Também ressaltou a importância da aprovação, pela Comissão de Educação, do documento elaborado pelo Comitê. O Sr. Maciel (SINDSEP) disse que é necessário promover uma ação de resistência contra a proposta de privatização dos CEUs da cidade de São Paulo. O secretário deixou claro que não serão apenas os 12 CEUs a serem inaugurados que receberão esse tipo de tratamento, mas também abrangerá os outros 46 CEUs que já estão em funcionamento na cidade. Nesse sentido, a comunidade, os profissionais de educação, as entidades sindicais têm se mobilizado para sensibilizar a administração municipal a no mínimo debater essa proposta com a população usuária. Sugere ouvir as pessoas que estão acompanhando a implementação dessa proposta nos CEUs, sendo importante, além de ouvir as entidades, ouvir a população afetada. O Vereador Claudinho de Souza comentou que esse tema dos CEUs é muito importante para a cidade e que tal questão fugiria um pouco do objetivo do Comitê Emergencial, sendo necessário uma banca ou um fórum específico para esse assunto, eis que ele não se enquadra dentro da proposta do referido Comitê. Não se posicionou contrariamente ao debate, mas salientou que o assunto dos CEUs deve ser tratado de forma específica, uma vez que o tema não possui uma ligação direta com o problema do qual o Comitê está tratando, se constituindo em um assunto específico acerca da gestão da administração. Sugeriu que a reunião da Comissão de Educação seria o lugar mais apropriado para se debater esse tema. O Vereador Eliseu Gabriel manteve a abertura para se debater o tema dos CEUs e logo após, retomou o assunto levantado pela Margarida. Indicou a possibilidade de se levar essa questão dos CEUs para a reunião da Comissão de Educação e, eventualmente, numa próxima reunião desse Comitê ou de um outro, tratar especificamente dessa temática. O Sr. Valmir S. disse que a pauta de entregar os CEUs a outros órgãos semelhantes a OSs surgiu sem consulta e durante a pandemia, sendo necessário o debate e um encaminhamento das questões atinentes a essa questão. A pauta dos CEUs é suprapartidária. O equipamento se destina a servir a população e ela deve gerir o mesmo junto aos educadores e funcionários públicos. Os CEUs devem ser democráticos e geridos pela população. O conceito do CEU não é o mesmo de um SESC. O CEU contribui na formação da cidadania e fornece serviços de educação, cultura e esportes que não chegam às áreas mais vulneráveis. A Sra. Priscilla L. disse que os CEUs também são centros de educação. A questão do retorno às aulas afeta os CEUs e, portanto, esse tema se encontra dentro dos objetivos do Comitê. Está se pondo em pauta a questão da terceirização e em algumas escolas ocorreu a diminuição do contingente referente à limpeza e à vigilância. Como é possível o retorno às aulas com essa diminuição de funcionários? A terceirização dos CEUs leva a um desvio de finalidade do referido equipamento, ou seja, a promoção da cultura, esportes e lazer desconsiderando a participação da comunidade na elaboração e desenvolvimento das atividades e projetos que reflitam as necessidades locais que são específicas de cada comunidade. O Vereador Claudinho de Souza disse que a terceirização dos CEUs é um tema referente a uma opção da administração por um modelo de gestão que causa polêmica e discórdia. A Comissão de Educação seria o fórum legítimo para se desenvolver a discussão a respeito dessa mudança de filosofia de gestão, e o Comitê, o retorno, as condições de retorno e tudo o que já foi anteriormente deliberado. O Vereador Eliseu Gabriel disse que na próxima reunião da Comissão de Educação seria possível levar essa questão dos CEUs a debate. No momento, é necessário voltar à questão de um eventual retorno às aulas e quais medidas ou atitudes tomar nas próximas etapas. O Sr. Maciel (Sindsep) disse que a questão dos CEUs e a extinção dos cargos de ATEs publicada no Diário Oficial não está descolada da temática do presente Comitê. Além disso, há o questionamento de quem substituirá os ATEs e professores e como a Secretaria irá promover a continuidade dos trabalhos relacionados não só ao administrativo, pois esses profissionais atuam em várias áreas, ou seja, quem irá substituir e exercer todas essas funções, tanto dos ATEs quanto dos professores. Outro ponto que surpreendeu foi, sem qualquer comunicação prévia ou debate, a instituição do teletrabalho de forma permanente na administração pública municipal, o que pode dar a entender que esse modelo de trabalho está funcionando muito bem, o que não condiz com a realidade, eis que existem dificuldades de acesso não só da população como dos profissionais do campo educacional. Esses aspectos foram relatados no documento elaborado por esse Comitê que aponta quais ações devem ser feitas até o final do ano para uma eventual retomada segura em fevereiro, tais como acesso, banda larga e equipamentos, que devem atender tanto às famílias como aos profissionais da educação. Foi solicitada uma parada geral na rede para dar um respiro para as famílias e os profissionais de educação que desde o início da pandemia estão atuando da melhor forma possível e com o estresse típico da situação. O Secretário afirmou que é possível considerar essa parada, mas que nesse caso vai suspender as férias de janeiro. A terceirização está sendo utilizada pela administração pública municipal, em meio a pandemia, como política pública de governo sem o devido debate com a sociedade. A Sra. Márcia (Sinesp e Conselho de Alimentação Escolar) concordou com a Margarida e Maciel, e em relação ao teletrabalho, aponta que não houve nenhum suporte, organização ou plano de trabalho para que o servidor público pudesse executar o seu trabalho de forma adequada. Há a preocupação em relação aos ATEs, eis que a simples troca de pessoas sem o devido cuidado pode ocasionar consequências tanto pessoais como organizacionais. O que se tem percebido das famílias é que elas não retornarão, ou seja, um elevador número de famílias não retornará às aulas. Outro ponto a se destacar, não há clareza dos critérios de acompanhamento por parte da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social em relação às famílias a as crianças que estão em casa e das eventuais situações de vulnerabilidade surgidas nesse período. Em relação à saúde, há a questão da vacinação das crianças que deve ser posto em pauta. E por fim, no tópico relativo à alimentação, há o questionamento de como a Câmara poderia ajudar a reforçar, junto às famílias, acerca da adequada utilização do valor do cartão alimentação. A Sra. Joelia (Sedin) disse que o tema do retorno das aulas é desgastante e sofrível para todos. O Sedin discorda desse eventual retorno, além de compreender as necessidades e as vulnerabilidades das famílias nesse período. Há o entendimento de que nesse momento é necessário se preocupar com a saúde, a alimentação e com um retorno seguro que contemple vacinas com eficácia comprovada e não somente os testes atualmente aplicados. Na assembleia realizada no dia quatro a categoria já se posicionou que, no caso de uma antecipação do retorno, os profissionais irão paralisar. Portanto, o Sedin mantém a posição do não retorno nesse ano e da não terceirização da educação. A Sra. Célia Cordeiro (Sinpeem) disse que a entidade se mostra atenta a todas as frentes contra os ataques oportunistas dos governos municipais e federal, como por exemplo, a reforma administrativa e as perdas de direitos decorrentes dela. Não há condições nas escolas de receber as crianças e garantir a segurança sanitária de toda a comunidade escolar. É necessário, além de mobilizar os professores, os gestores e o quadro de apoio contra essa possível retomada, orientar os filiados e convocar os conselhos a fim de que as famílias sejam esclarecidas sobre o protocolo que ainda não foi divulgado, eis que só houve uma minuta de protocolo publicada e mesmo assim as escolas não possuem condições para atender aos requisitos postos. É necessária uma visão quanto ao ano de 2021, uma vez que para retornar no ano que vem é fundamental que a rede tenha condições para tal. É

inadmissível o fechamento de salas de aula nesse momento, sendo necessário que ocorra exatamente o oposto, ou seja, o aumento do número de salas de aulas com menos educandos. O provimento dos cargos dos CEUs deve se dar por meio de concurso público, assim como se reivindica a revogação da portaria que extinguiu o módulo dos ATEs fora das escolas, eis que se deve respeitar os direitos desses profissionais. O Prof. Luiz concordou com todas as colocações postas e aponta que a ocupação no momento seria relativa ao o que fazer em termos de Comitê de Crise. O Vereador Jair Tatto solicitou, na reunião da Comissão de Educação, a apresentação de requerimento, por escrito, para a realização de Audiência Pública Conjunta com a Assembleia Legislativa. O Vereador Toninho Vespoli informou que ele e o Vereador Suplicy irão protocolar, na reunião da Comissão de Educação, uma convocação do secretário de educação, eis que ele não participou da audiência pública acerca da discussão da reforma do ensino médio, dentre outros motivos. Os temas da convocação seriam: a reforma do ensino médio, a portaria sobre a eliminação dos cargos do quadro de apoio e a eventual reabertura das escolas. O Sr. Maciel disse que é necessário aprofundar o conhecimento relativo aos dados da análise do inquérito sorológico, por meio de algum profissional da Secretaria Municipal de Saúde que possa discorrer sobre os dados e análises desse inquérito para o Comitê. Por fim, o Vereador Eliseu Gabriel disse que a proposta mais concreta foi a elaborada pelo Maciel na qual é solicitado que a Secretaria traga mais esclarecimentos sobre as análises sorológicas que têm sido realizadas. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião. Para constar, nós, Rafael Robles Godoi e Inácio Veiga, lavramos a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

#### EXTRATO DE ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO COMITÊ EMERGENCIAL DE CRISE DA EDUCAÇÃO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Aos vinte e nove dias de setembro de dois mil e vinte, às catorze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, para a realização da Reunião do Comitê Emergencial de Crise da Educação. Esteve presente o Vereador membro Eduardo Matarazzo Suplicy. Foram convidadas as seguintes entidades: SINPEEM - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo, SEDIN - Sindicato dos Educadores da Infância, SINDSEP - Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo, APROFEM - Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo, SINESP - Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo, FMEESP - Fórum Municipal de Educação de São Paulo, FMEISP - Fórum Municipal de Educação Infantil de São Paulo, CME-SP - Conselho Municipal de Educação de São Paulo, CAE - Conselho de Alimentação Escolar, CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CMDJ - Conselho Municipal dos Direitos da Juventude, MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, CRECE - Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola, FPEISP - Fórum Paulista de Educação Infantil, SIEEESP - Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo, Fórum de Educação Infantil Conveniadas, SINTRAEMFA - Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e à Família do Estado de São Paulo, NAI - USP - Núcleo de Avaliação Institucional e Rede Nossa São Paulo - GT Educação. A reunião se iniciou com o Vereador Eliseu Gabriel solicitando que Margarida Prado da APROFEM fizesse um relato sobre a última reunião da Comissão de Educação em que o Secretário Bruno Caetano compareceu e respondeu aos questionamentos dos parlamentares. A Sra. Margarida Prado (APROFEM) relatou que acompanhou a referida reunião e como já haviam feito todas as perguntas cabíveis, abdicou de efetuar mais indagações por estar contemplada nos questionamentos propostos, preferindo, portanto, ouvir as respostas do secretário. O secretário respondeu a quase todas as indagações deixando transparecer a tendência de se reabrir as escolas, ponto esse que discorda. Segundo o secretário, as escolas estão preparadas, foram reformadas 535 unidades e as demais que não foram objeto de reformas possuem verbas para essa finalidade, provenientes do PTRF que seriam gastas em oficinas e que agora podem ser utilizadas na manutenção das escolas, que várias ações estão se desenvolvendo, tais como contratações, compra de tablets, chamada de concursos, etc. A fala do secretário foi no sentido de que tudo estava progredindo muito bem na readequação das escolas para que elas possam receber de volta os alunos, sendo enfatizado que o retorno das atividades extracurriculares não seria obrigatório, devendo ser autorizado pelos respectivos conselhos de cada escola. Esse retorno contemplaria 20% dos alunos, por duas horas e no máximo duas vezes por semana. O retorno das aulas presenciais não aconteceria antes de novembro. Todos esses aspectos anunciados nessa reunião foram incluídos na Instrução Normativa 33 publicada no sábado e ontem foi enviado o protocolo com 162 páginas, esse bastante extenso e abrangente. O questionamento que surge diz respeito à possibilidade de cumprimento desse protocolo por parte das crianças de CEI ou EMEI, tais como distanciamento social e medidas sanitárias adequadas. Como ainda não existe vacina, é indagado se realmente esse é o momento apropriado para se retomar as atividades presenciais, ou seja, existem ainda muitas restrições à ideia de se retornar às aulas presenciais em 2020. O Vereador Eliseu Gabriel externou a sua preocupação em relação à terceirização de todos os serviços, sendo clara a tendência de se terceirizar os serviços prestados pelos ATEs e pelas áreas administrativas. O Vereador Suplicy informou que o seu gabinete solicitou ao secretário de educação o estudo que justificaria a terceirização dos serviços dos CEUs para que se possa conhecer melhor as razões para tal procedimento, além de comentar que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo determinou a suspensão da compra de tablets na capital paulista. A Sra. Cleonice (Sinpeem) comentou a respeito da Instrução Normativa n.33 que transfere para os conselhos das unidades escolares a responsabilidade de resolver a questão extracurricular, ou seja, responsabiliza as unidades escolares, juntamente com o conselho, pela eventual retomada. Considera que o protocolo publicado continua idealizando a escola, desconsiderando a comunidade escolar, a concepção de criança, de adolescente, do que é a escola, e mesmo o secretário ouvindo as 13 DREs, os aspectos relativos aos problemas dos ATEs, as dificuldades dos professores, dos coordenadores, dos diretores, tais aspectos não foram considerados. O proposto no protocolo não condiz com a realidade vivenciada pelas escolas. Outro item que gerou muitas dúvidas diz respeito à Consulta Pública, eis que não foi detalhada como a escola deve repassar essa consulta para as famílias, para a população. Reitera que o posicionamento do SIPEEN é pela não retomada presencial em 2020. O Sr. Ailton Fernandes (SinproSP) expôs a situação do ensino privado que no momento está recebendo as crianças para a realização da pré-matricula para o próximo ano, além disso, as escolas particulares estão se organizando de forma a fornecer aulas presenciais sob o pretexto de serem atividades extracurriculares. O sindicato procurou o Ministério Público para que houvesse um protocolo rígido de voltas às aulas e o mesmo alegou que era necessário um debate com o sindicato patronal - SIEEESP - que não está disposto ao diálogo. Agora o caminho vislumbrado é forçar o Ministério Público a ingressar com uma ação civil pública exigindo das escolas particulares a adoção desses protocolos mais rígidos. Foi solicitado aos Vereadores um caminho para que se

possa conversar com o secretário Bruno Caetano a fim de re-passar a denúncia diretamente a ele, e por fim, foi apontado que os professores em grupo de risco da rede particular ainda possuem uma liminar que os desobriga a comparecerem presencialmente às escolas. A Sra. Maria Aparecida (Sitraemfa) externou a preocupação em relação aos trabalhadores da rede parceira, que, com o desconhecimento dos serviços nesse momento de pandemia, perderam seus empregos e agora restam algumas pendências tais como salários não pagos, entre outros. Como exemplo foi citado que há trabalhadores que estão sem receber os salários desde novembro e nesse período a organização perdeu o convênio e não cumpre mais com a devida quitação de todas as suas obrigações trabalhistas. Anteriormente a Secretaria efetuava os pagamentos em um prazo de no máximo três meses. Nesse momento existe um grande contingente de funcionários sem receber os salários desde novembro, além de outras pendências, e o Sindicato tem tentando conversar com o secretário sobre esse assunto sem sucesso. É solicitado que se encaminhe ações efetivas a fim de que a Secretaria libere os valores a esses trabalhadores que estão sem emprego, sem verbas rescisórias e às vezes sem fundo de garantia. O Sr. Christian Sznicz (SINESP) apontou que houve a publicação da Instrução Normativa n.33 que dispõe sobre o retorno das escolas de forma facultativa, a depender da decisão dos conselhos de escola, para a realização de atividades complementares. É salientado que essa normativa possui muitos equívocos, tais como as unidades educacionais necessitarem de EPIs que ainda não chegaram, além de ressaltar que as pessoas que agora estão trabalhando nas escolas, em atendimento diário, não têm acesso a esses EPIs. Além disso, o protocolo conflita com o disposto na normativa, eis que ele indica que todas as atividades de ampliação de jornada devem ter o seu retorno somente em 2021, ou seja, a normativa de sábado não está alinhada com esse protocolo disponibilizado ontem. Apesar de terem sido feitas algumas contratações e não terem chamados os aprovados em concurso, muitas unidades ainda estão sem o seu quadro de apoio, ou seja, estão com as suas equipes incompletas. Existiram vários grupos de trabalho e o protocolo apresentado não contemplou as considerações elaboradas por eles, as falas das famílias, as da educação infantil, as do ensino fundamental, para citar algumas. O protocolo ainda dispõe sobre avaliação e considerando um eventual retorno em novembro e o ano letivo terminando em dezembro, se questiona a que se propõe tal dispositivo. Ainda não há segurança do trabalho a ser realizado nas unidades educacionais por conta da falta de efetivo na limpeza, cozinha e da escassez de informações a esse respeito. As comunidades não sabem, em termos de saúde, como está o contágio em sua região e no entorno das unidades educacionais. Questiona-se que tipo de ensino remoto é esse em que o Tribunal de Contas já barrou a compra dos tablets, demonstrando a falta de organização nesse aspecto. O Sinesp mantém a posição de retorno somente em 2021. O Sr. Maciel (SINDSEP) declarou que o Comitê se constituiu no único instrumento de fala relativo às questões que envolvem a educação no município e aproveitou a oportunidade para elaborar uma crítica construtiva relativa a falta de oportunidades de encontro com o secretário para responder aos questionamentos do Comitê, e nessa linha ressaltou a importância dos membros do presente colegiado terem a oportunidade de elaborar indagações, mesmo por escrito, a serem direcionadas para o secretário, eis que ele esteve presente na última reunião da Comissão de Educação. O Vereador Eliseu Gabriel destacou que a presença do secretário se deu em uma reunião da Comissão de Educação e não em uma audiência pública, além de ressaltar que a ideia original era pela convocação e que após articulações posteriores se transformou em convite. O Sr. Maciel (SINDSEP) reforçou a necessidade de se criar instrumentos de fala direta das entidades que fazem parte do Comitê para com o secretário, sendo importante que os questionamentos do colegiado fossem levados para ele de forma a demonstrar a relevância do Comitê junto a Secretaria Municipal de Educação. Em relação à instrução normativa, foi enviado uma orientação à rede com alguns questionamentos acerca de aspectos que realmente não fazem parte do universo do conselho de escola, como por exemplo, se houve acesso a algum protocolo, inclusive alguns que são citados na própria instrução normativa, tomando-se como exemplo um que se referia a reabertura de concessionárias de veículos, ou seja, como se basear nesse tipo de protocolo para se pensar a educação. A responsabilização do conselho de escola sobre os rumos pedagógicos e administrativos das unidades era um ponto sempre defendido, porém essa responsabilização é um exagero e uma ausência total da própria Secretaria na decisão de se voltar ou não às aulas. O governo foi eleito para tomar as melhores decisões possíveis e não pode se omitir e transferir para os conselhos de escola a responsabilidade sobre o retorno às atividades extracurriculares, que são muito similares ao programa recreio nas férias. Colocar em risco a ida de crianças e profissionais de educação para 4 horas semanais de atividades sem qualquer consideração ao pedagógico e ao momento atual vivenciado é uma irresponsabilidade do Poder Público e nesse sentido foi orientado aos conselhos de escola que decidissem pela não adesão às atividades extracurriculares, sejam aquelas em início previsto em 7/10 ou em 19/10. Outra questão a ser levantada diz respeito a toda responsabilização pela reabertura da rede particular de ensino e dos convênios estar vinculada à mantenedora, ou seja, não é uma discussão feita com os trabalhadores, quem decide é o patronato, por isso é importante o ponto destacado pelo Ailton em que o SIEEESP almeja o retorno às aulas sem as devidas condições para tal. Não é possível elaborar uma análise do protocolo em três dias dado que o retorno se dará no dia 1 de outubro. A primeira questão que a consulta pública propõe diz que de acordo com o protocolo de retorno fica instituída competência de acordo com órgão de SME, DREs, unidade escolar, avaliem os apontamentos dos protocolos construídos nos GTs dos territórios e finalizados no GT Central, ou seja, são 162 páginas para serem analisadas para verificar se algum ponto dos GTs regionais não foi incluído na minuta do GT Central. Tal tarefa se mostra extremamente difícil para as unidades escolares, os trabalhadores e a população não vão conseguir responder a essa consulta pública em um prazo tão exiguo e sem as condições necessárias para uma adequada análise. Houve uma reunião com Comitê Técnico da Saúde para se debater o protocolo e a instrução normativa, e foi informado que somente o nono ano do fundamental e o terceiro ano do ensino médio farão parte do censo sorológico que a prefeitura pretende iniciar em outubro. Caso esse censo ocorra a partir do dia primeiro, não haverá tempo hábil para a análise dos resultados a fim de que as crianças frequentem as escolas a partir do dia 7, sendo que nesse ponto a Saúde não soube responder como se dará esse processo. Em relação às organizações sociais e os CEUs, hoje foi possível verificar o problema desse modelo ao ser noticiado a grande operação policial contra a lavagem de dinheiro efetuada pelas organizações sociais na área da saúde. É necessária, também, alguma ação em relação aos ATEs, pois o início do concurso de remoção seria no dia 25 de setembro, porém, no dia 22 de setembro os ATEs que estão nos órgãos regionais e centrais de SME já estavam inscritos, ou seja, a própria Secretaria não cumpriu a legislação e o edital do concurso de remoção. Espera-se que, através desse Comitê, sejam encaminhados ao secretário os questionamentos aqui levantados. A Sra. Maria Vilany (CRECE) disse que em relação à instrução normativa n.33, o seu artigo sexto dispõe sobre as condições de retorno para as atividades extracurriculares transferindo toda a responsabilidade para os conselhos de escola. O CRECE divulgou um documento solicitando que os conselhos escolares votem pelo não retorno

a essas atividades extracurriculares. É extremamente necessário o diálogo com a comunidade acerca dos temas afetos a toda a educação nesse momento delicado. A Sra. Joëlia Aguiar (SEDIN) reiterou a posição contrário ao retorno das aulas em 2020 e considera a Instrução Normativa de SME como uma "aberração", em que o poder público afasta a sua responsabilidade e a transfere para os conselhos e as escolas. É necessário defender o direito à vida. É questionado que eventos com elevada concentração de pessoas tais como réveillon e carnaval foram cancelados, sendo que, por outro lado, se permite a aglomeração de estudantes nas escolas, o que demonstra uma incoerência por parte do poder público. É apontado um possível encaminhamento que seria a chamada de alguns representantes de conselhos e da educação para se posicionarem de forma contrária a essa normativa de SME. Ressalta que só seria possível um eventual retorno caso fosse assinado um documento pela SME e pela Secretaria de Saúde se responsabilizando pelas vidas que serão colocadas em risco. Nota-se que a terceirização do quadro de apoio se encaminha para os grupos administrativos que trabalham nos CEUs e o SEDIN se posiciona contrariamente a essa decisão. O Vereador Eliseu Gabriel disse que, pela fala do representante na reunião da Comissão de Educação, restou clara a intenção pela terceirização, o que deve ser posto em profunda análise frente aos diversos fatos envolvendo atividades ilícitas por parte das OSs nos segmentos que adotaram esse modelo de gestão. A adoção do modelo de OSs facilita a malversação dos recursos públicos e esse Comitê deve se posicionar contrariamente à terceirização. O Sr. Ivan (Fórum Paulista de Educação Infantil) reiterou que a situação dos bebês não se adequa a esse protocolo e que o poder público deixa muito a desejar no atendimento das demandas da comunidade escolar, como por exemplo, ao definir um prazo muito curto para o processo de consulta pública. O PL 452 foi aprovado de forma rápida e se tornou a Lei 17.437/20 que já está vigorando e não serviu de nada para o retorno das escolas. A sua tramitação foi acelerada sob o pretexto da volta às aulas e essa foi a narrativa passada à grande mídia, mas que no fim só serviu para a privatização das vagas de crianças de 4 a 5 anos das EMEIs, no total de 5% das vagas. O Comitê deve ser mais incisivo e pressionar a gestão pública. Defende, desde março desse ano, a retomada das aulas somente em 2021. O Comitê deveria, também, fiscalizar a destinação dos recursos orçamentários da educação na cidade de São Paulo. Aponta que a iniciativa privada estaria interessada nos recursos públicos da educação. Por fim, particularmente em relação à educação infantil, seria importante analisar as experiências do retorno às aulas em outros países nos quais as crianças são obrigadas a permanecer dentro de "quadrados", "enjauladas", sem espaço para o afeto, a interação e as brincadeiras que, pelos documentos oficiais, é o que norteia a educação infantil no Brasil. O Vereador Eliseu Gabriel disse que a questão da terceirização é realmente gravíssima e percebe-se que o governo atual a almeja se utilizando dos recursos públicos da educação. Resta definir agora os próximos passos desse Comitê. O Prof. Luiz (Sinesp) destacou que as falas anteriores foram muito significativas e que nesse momento o foco das preocupações recai sobre a normativa das reuniões dos conselhos, o protocolo e essa consulta pública com tempo exíguo. É necessário o encaminhamento em relação a esses três itens. No fim da reunião o V. Eliseu Gabriel sugeriu que a comissão de redação anteriormente formada fosse responsável pela elaboração de questionamentos sobre a normativa, o protocolo e a consulta pública a fim de serem encaminhadas para o Secretário de Educação. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião. Para constar, nós, Rafael Robles Godói e Inácio Veiga, lavramos a presenteata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

#### EXTRATO DE ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO COMITÊ EMERGENCIAL DE CRISE DA EDUCAÇÃO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Aos seis dias de outubro de dois mil e vinte, às catorze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, para a realização da Reunião do Comitê Emergencial de Crise da Educação. Estiveram presentes Vereadores membros Claudinho de Souza, Eduardo Suplicy e Toninho Vespoli. Foram convidadas as seguintes entidades: SINPEEM - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo, SEDIN - Sindicato dos Educadores da Infância, SINDSEP - Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo, APROFEM - Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo, SINESP - Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo, FMESP - Fórum Municipal de Educação de São Paulo, FMEISP - Fórum Municipal de Educação Infantil de São Paulo, CME-SP - Conselho Municipal de Educação de São Paulo, CAE - Conselho de Alimentação Escolar, CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CMDJ - Conselho Municipal dos Direitos da Juventude, MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, CRECE - Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola, FPEISP - Fórum Paulista de Educação Infantil, SIEEESP - Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo, Fórum de Educação Infantil Conveniadas, SINTRAEMFA - Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e à Família do Estado de São Paulo, NAI - USP - Núcleo de Avaliação Institucional e Rede Nossa São Paulo - GT Educação. Ressaltou-se a importância quanto ao respeito às decisões democráticas e quanto à participação dos Conselhos de Escola, uma vez que na semana passada as unidades educacionais, via seus conselhos de escolas, realizaram as reuniões para definir se retornariam ou não para as atividades complementares, extracurriculares, conforme a Instrução Normativa da Secretaria Municipal de Educação SME nº 33 de 25 de setembro de 2020, publicada no sábado (dia 26), apresentando um prazo muito curto para tomada de decisão, fragilizando assim uma transição democrática, deixando pouco espaço para o diálogo. Mesmo assim, os Conselhos, de forma madura e coerente, realizaram as reuniões e compreenderam que não é o motivo para retornar para atividades complementares, principalmente na Educação Infantil (que prezam pela recreação, conforme o Currículo da própria SME) e para o Ensino Fundamental, também seria uma incoerência, principalmente levando-se em conta que as unidades encontram-se sem servidores, situação já encaminhada em reunião setorial com a SME. A decisão dos Conselhos é democrática, pois é um espaço democrático e há ainda a instância dos CRECES (regionais e central) e o secretário de Educação, Bruno Caetano, foi extremamente descuidado, atacando principalmente o CRECE, em suas falas na mídia (CBN), no dia 05/09, dizendo que as entidades possuem motivações partidárias. Hoje os Conselhos podem fazer os debates e não são mais apenas consultivos, mas sim deliberativos. Os gestores educacionais apoiam o diálogo com a comunidade escolar, pois é desta forma que se faz a educação: escola, família e aluno. Desta forma se faz a discussão democrática: com a participação da sociedade. Desconsiderar os Conselhos é uma ação muito grave, principalmente por parte da própria SME, sendo ainda que foi a Secretária que deliberou para que os Conselhos se manifestassem, definindo pelo retorno ou não. Não desta forma que pode acontecer o real diálogo com a rede de ensino, e o SINESP apoia a gestão democrática. A Secretaria de Educação está tomando o caminho de não realizar o diálogo e ir para o ataque, colocando os CRECES como inimigos da SME, inimigos da Educação, não

desejando o diálogo e com motivação político/partidária, sendo que desde março/abril a entidade vem buscando constantemente canais de comunicação com a SME, porém sem sucesso. A entidade é o braço direito das escolas e das famílias. Foi difícil conseguir um espaço para resposta na mídia (CBN), mas ao final do dia de ontem Kézia do CRECE deu uma entrevista informando as inverdades que foram ditas com relação aos CRECES, que colocava em dúvida o trabalho desenvolvido por estes colegiados. Os conselhos e a comunidade estão atentos a tudo o que está acontecendo e a prova disto foi a rejeição da proposta de retorno por parte da Rede, mesmo para atividades extra curriculares conforme proposto pela SME. Apenas uma escola optou em abrir com atividades extra curriculares. O trabalho do colegiado é sério e precisa ser respeitado enquanto instituição que acredita na Educação Pública, na gestão democrática e no diálogo. E os protocolos apresentados não correspondem à realidade. Além do que, o material (EPLs) precisa chegar até as escolas. O Comitê comunica que apesar do Decreto sobre o estágio probatório ainda não ter sido revogado, foi suspenso temporariamente e a secretária adjunta não sabia da informação para divulgar na reunião que foi realizada com as entidades, demonstrando a falta de comunicação dentro da própria SME. O Comitê agradece aos vereadores que estiveram lutando juntamente por esta questão. Os profissionais da Rede encontraram dificuldades para realizarem a inscrição no Curso Obrigatório da SME, pois o prazo de inscrição era de apenas 1 dia para todos, o que provavelmente sobrecarregou a plataforma não permitindo o acesso de tantas pessoas ao mesmo tempo. Necessitam da resolução deste problema. O Comitê deseja ter acesso aos dados das Secretarias de Saúde e de Educação sobre os resultados dos testes sorológicos por bairros da cidade para análise de quais áreas sofreram mais com a incidência do Covid-19. A população do Brasil corresponde a 3% da população mundial e apresenta 15% da totalidade de mortes por Covid-19. A situação só não está mais grave graças ao SUS. O Vereador Toninho Vespoli lembrou da solicitação já realizada junto ao Secretário de Educação para a realização de uma reunião com a Comissão de Educação sobre a reforma do Ensino Médio, com participação de representantes da área. O Vereador Eduardo Suplicy informou que, conforme solicitado em 23/09, ainda aguarda resposta do secretário de Educação para o acesso ao estudo que justificaria a terceirização dos serviços dos CEUs por sua economicidade, para que assim se possa conhecer melhor as justificativas de tal procedimento. O Vereador Eliseu Gabriel ressaltou que o papel do Comitê é muito importante e deveria haver uma continuidade, pois é um embrião das forças democráticas e reflete nas ações da Comissão de Educação, Cultura e Esportes na Câmara Municipal. Desta forma, o Comitê solicita: (1) Informações das Secretarias da Saúde e da Educação sobre os testes sorológicos por regiões, para avaliarem quais as áreas que tiveram maior prejuízo; (2) Solicitar a presença de um profissional técnico da Secretaria Municipal da Saúde para participar da reunião do Comitê a fim de dirimir as dúvidas da sociedade (famílias) e instrumentalizar os profissionais da Educação; (3) Resolução da questão referente à dificuldade de realização das inscrições no curso obrigatório da SME; (4) Cobrar do secretário da SME a reunião para tratar da reforma do Ensino Médio com a Comissão de Educação, Cultura e Esportes; (5) Cobrar desagravo do secretário de SME com relação aos Conselhos de Escola e o CRECE em reportagem para a CBN, acusando de posições partidárias para o não retorno às atividades; (6) Revogação da Portaria nº 5.460 da SME, de 14/09/2020, que extingue os ATEs; (7) Cobrar resposta da SME sobre o projeto de privatização dos CEUs; (8) Repúdio à Instrução Normativa nº 33, de 25/09/2020, que "dispõe sobre atividades expressas no art. 1º do Decreto nº 59.774, de 2020, para atendimento nas Unidades Educacionais da Rede Direta, Parceira e Particular". Não havendo mais nada a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião. Para constar, nós, Rafael Robles Godói e Inácio Veiga, lavramos a presenteata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

#### EXTRATO DE ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO COMITÊ EMERGENCIAL DE CRISE DA EDUCAÇÃO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Aos treze dias de outubro de dois mil e vinte, às catorze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, para a realização da Reunião do Comitê Emergencial de Crise da Educação. Estive presente o Vereador membro Eduardo Suplicy. O Vereador Eliseu Gabriel iniciou a Reunião virtual do Comitê Emergencial de Crise da Educação com os informes sobre cinco requerimentos protocolados pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo, os quais foram debatidos na 10ª reunião sobre os seguintes temas:

- 1 - Revogação da Portaria SME nº 5.460, de 14/09/2020, que extinguiu os módulos de Auxiliares Técnicos de Educação nos órgãos centrais e regionais da SME;
- 2 - Regularização das inscrições ao Curso: "Autocuidado: um novo olhar em tempos de pandemia", obrigatório para os Profissionais de Educação;
- 3 - Esclarecimentos sobre a terceirização da gestão dos 12 novos CEUs que serão entregues à população;
- 4 - Pronunciamento em desagravo ao CRECE, por parte do Sr. Secretário de Educação, em entrevista em rádio;
- 5 - Dados regionalizados sobre o inquérito sorológico que vem sendo aplicado na cidade.

Dando continuidade à reunião, os participantes manifestaram-se contrários a sinalização do Governo para a retomada das aulas presenciais, em especial com a nova classificação da cidade na fase verde do Programa São Paulo, (e mesmo de atividades extracurriculares), este ano ou enquanto não houver condições seguras para esse retorno.

Márcia Fonseca Simões (SINESP) compartilhou que o Ministério Público encaminhou um questionário as escolas para que apontem a estrutura da escola, para que o perfil possa ser levantado, fruto da reunião do Diálogo Social realizado no último mês pelo Grupo de Educação do MP. E a importância do Programa Mundial de Alimentos da ONU, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz por sua magnitude e abrangência, com efeitos inclusive em programas brasileiros similares, o Programa Mundial de Alimentos, em que está inserido o Programa de Alimentação Escolar. O PMA atende diariamente mais de 100 mil pessoas que estão em situação de extrema insegurança alimentar na garantia do direito humano à alimentação adequada (DHAA) contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e no artigo 6º da Constituição Federal. No município de São Paulo, a universalização e o direito à alimentação dos bebês, crianças pequenas, adolescentes, jovens e adultos, durante este triste episódio do advento da pandemia, foi e tem sido uma das garantias que esse Comitê trouxe de defender junto ao Poder Público. Foi definido que será encaminhada para a Comissão de Educação, Cultura e Esportes uma Moção de Júbilo e Congratulação ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) da ONU, ora agraciado com o Prêmio Nobel da Paz de 2020. Patrícia (SINPEEM) informou que o presidente do Sindicato das Escolas Particulares do Estado de São Paulo, em entrevista a uma rádio, teria feito o comentário de que os Professores da rede privada têm compromisso com a Educação, diferentemente dos Professores da rede pública, fato esse interpretado como ofensivo a todos os que se dedicam à educação pública - ensinou a aprovação de outra Moção, desta feita de repúdio a tal declaração, aprovada pelo Comitê.

Christian de Mello (SINESP) expôs sobre as vagas virtuais nos Centros de Educação Infantil que cria uma antecipação das vagas de 2021 para o presente ano gerando vagas acima da capacidade da Unidade Educacional da rede direta ou parceira, com casos onde coordenadores pedagógicos tem assumido as atividades de cada bebê/criança, contrariando as atribuições do cargo. Que seja verificada a suspensão dos contratos de limpeza em pleno momento de censo sorológico e com plantões presenciais sem a devida higienização dos edifícios educacionais. A falta de organização por parte das Secretarias Municipais de Educação e Saúde no cronograma para a realização do censo sorológico, fragilizando este momento de verificação da RME.

Luiz Carlos (SINESP) ressaltou que tem sido feita divulgação das reuniões do Comitê de Crise da Educação, espaço importante de diálogo e solicitou moção de louvor ao Dia dos Professores no dia 15 de outubro. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião. Para constar, nós, Rafael Robles Godói e Inácio Veiga, lavramos a presenteata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

#### EXTRATO DE ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO COMITÊ EMERGENCIAL DE CRISE DA EDUCAÇÃO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Aos vinte dias de outubro de dois mil e vinte, às catorze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, para a realização da Reunião do Comitê Emergencial de Crise da Educação. Estiveram presentes os Vereadores membros Eduardo Suplicy, Gilberto Nascimento e Toninho Vespoli. O Senhor Presidente, Vereador Eliseu Gabriel, iniciou os trabalhos do Comitê permitindo inscrição aos interessados em manifestar-se, ressaltando que em seguida haveria leitura e aprovação de documentos propostos. A professora Márcia (SINESP) reiterou manifestação de que o cartão alimentação ou cartão merenda, ainda apresenta problemas e que tem recebido muitas reclamações. Citou que houve reunião no CRECE regional no último sábado, quando famílias descreveram ter feito o cadastro em junho e que até o momento não receberam; que ligam no número 156 e na empresa LELO e que não há informações claras sobre tais fatos. A professora Margarida (APROFEM) convidou a todos para que participem de webinar nesta data, promovido por Fórum de várias entidades do Município de São Paulo, com a participação do senhor Fausto Augusto, do DIEESE, sobre a PEC 32, que trata da Reforma Administrativa, onde se propõe acabar não só com os servidores, mas com o serviço público no Brasil. Citou sobre sua preocupação com uma possível retomada das atividades presenciais nas escolas, prevista para o próximo dia vinte e dois, bem como, com os resultados do inquérito sorológico. A professora Patrícia (SINPEEM) manifestou que a grande preocupação para o momento, após os vários debates realizados são, de fato, os encaminhamentos; que as entidades e os fóruns que participam são bem claros em seus posicionamentos; sobre sua preocupação com o previsto para o dia vinte e dois e, mesmo com um retorno para 2021. Que os documentos oficiais de organização das escolas da rede municipal de ensino foram publicados sem nenhuma alteração. Por exemplo, da formação do número de alunos por sala nas EMEIs e nas EMEFs, são os mesmos das normativas anteriores, sendo as EMEIs apontadas com um número de vinte e nove alunos, com a possibilidade de aumento desse número, de acordo com a demanda quando, na verdade precisamos é reduzir esse número de alunos para cada espaço físico. Citou sua preocupação com o curso de formação que é obrigatório e que os professores ainda enfrentam muita dificuldade, sendo que esse próprio conteúdo advoga contra o retorno ainda em 2020, pois as enfermeiras que tratam desses protocolos dizem desse distanciamento, da higienização, da sanitização, da desinfecção dos espaços, que são impossíveis de realizar com a organização das escolas ainda proposta pela SME para 2021. Estruturas físicas, materiais e recursos humanos, as escolas não têm condições de gerar essa segurança que os estudantes, os adultos e os profissionais da educação necessitam para esse momento. É importante que a SME tenha ações e as demonstre na prática. Que se pare de tratar a Educação como palanque eleitoral. A professora Joëlia (SEDIN) reafirmou a posição do não retorno em 2020 e que o inquérito sorológico, embora importante, não provê a tranquilidade e a segurança que os trabalhadores da educação, alunos, pais e a população necessitam. Faz um levantamento da real situação da doença e traz a pesquisa, mas não traz a segurança para um retorno. O retorno se daria com uma vacina eficaz. O Mundo atravessa um momento em que se verifica um retrocesso na saúde das pessoas, como na Europa ocorre. É necessário compreender que esse retorno pode aumentar em muito a contaminação. Enquanto vemos as pesquisas mostrarem uma redução, não há uma tranquilidade para o retorno nesse momento. Nós do SEDIN continuamos informando que nesse momento é muito importante a alimentação das crianças; a tranquilidade, de alguma forma, para as famílias que estão desempregadas, mas não traz a tranquilidade para um retorno. A Patrícia acabou de afirmar, a publicação da organização para o retorno às aulas no ano de 2021, e nós estamos vendo o tratamento que está sendo oferecido nesse retorno. O número de alunos por sala é altíssimo. Como nós vamos retornar com uma organização dessas? Então eu acho que é tempo de continuarmos, há tempos, o que a Prefeitura está fazendo porque temos organizado, pelo SEDIN, a nossa reunião de representantes, se a Prefeitura quiser retornar antes do período que seja mais confiável com a vacina, faremos paralisação, faremos greve. Porque discordamos desse retorno em 2020, mas, para 2021 isso não é tranquilo. Nós temos que continuar dialogando com a Secretária Municipal de Educação, com a Prefeitura, com o Governo do Estado e com o Governo Federal. Uma vida importa. Temos essa posição pelo Sindicato da Educação Infantil. O professor Ivan, representando o Fórum Paulista de Educação Infantil, após saudar aos bolivianos, citou que fez a testagem na UBS Clarice Lispector e sobre sua preocupação quanto à exigência de retorno para o dia três de novembro. Sabemos que em algumas DREs, como São Miguel, dentro das treze DREs, esse processo está mais acelerado que em outras. Fala-se que a Secretária vai pressionar. Então o Comitê de Emergência tem que se posicionar contra, em nossa opinião. Será um massacre nas periferias. O professor Christian citou estar encaminhando para todos e para o e-mail da Comissão o link de acesso para o webinar que iniciará às 18h30, pelo YouTube, Facebook e pelo Zoom. As eleições estão à nossa porta e uma questão que nos preocupa é que o dia quinze de novembro é um domingo, as escolas são locais de votação. Os contratos de limpeza da PMSP não contemplam a limpeza aos domingos. Isso muito nos preocupa. Outro ponto importante que tem acontecido, seria interessante cobrar esclarecimentos da SME sobre os Auxiliares de Vida Escolar - AVEs, que estão sendo orientados a voltar para as escolas e, em seguida, fazerem visitas domiciliares às crianças especiais. Só que não está sendo falado qual vai ser realmente o escopo desse trabalho. Elas não são pedagogas, nem profissionais da educação, elas têm outra função que é alimentação, higienização e deslocamento das crianças pelas escolas. Isso está sendo feito a toque de caixa, as escolas estão recebendo os e-mails num dia e, no dia seguinte o pessoal está chegando lá nas escolas. E, por fim, uma coisa que também traz uma preocupação grande, vai ter uma audiência pública sobre o Projeto de Lei 19/2019, que dispõe sobre a retirada das cotas dos concursos públicos. O Estado de São Paulo já evoluiu muito nessa questão de ser hoje, um

dos poucos locais que respeita uma lei federal e tem uma lei municipal. Outro ponto é a escalada de assaltos nas unidades educacionais. Se quadro de luz, uma ou outra escola no início da pandemia chegou a ser roubado, agora está virando comum. Recebemos a informação de que em novembro, a vigilância das unidades que ainda têm vigilância, vão perder os postos de trabalho. Ou seja, vamos iniciar novembro com as escolas desguarnecidas, ainda à beira da eleição. V. Eliseu Gabriel - Sobre isso Christian, um pessoal da Associação das Empresas de Vigilância me ligou, Sr. Lima, dizendo que foram unilateralmente encerrados os contratos de segurança. E tiveram uma reunião com o Chefe de Gabinete do Prefeito e foram humilhados. Só faltou chamar os vigilantes de "cochilantes". É uma vergonha, um autoritarismo, um desrespeito total. Esse governo perdeu a estribeira. Eles não têm noção do que é público, da ética, do relacionamento entre as pessoas. É realmente vergonhoso o que fizeram. O professor Christian citou ainda nova informação que estão criando vagas virtuais na faixa de três anos, que seriam de CEIs, em EMEIs. A professora Patrícia (SINPEEM), sobre as vagas virtuais, completou que hoje também recebeu denúncia sobre o fato e que a SME nega que está havendo vagas virtuais. Alegam que existe um cadastro para matricular as crianças, que há vagas no segmento e, também, um cadastro para 2021, como se fosse o cadastro físico que as unidades colhem durante o ano. Estamos apurando enquanto denúncia e vamos representar, se for o caso. O professor Maciel (SINDSEP) acresceu que o programa eleitoral é muito claro - "todos que precisarem terão vagas" - é lamentável. A falar também da questão da imposição, por parte da SPDM, para que os AVEs passem a fazer visitas nas casas das famílias. Entendemos que essa é uma função do Programa Saúde da Família, e não de um cargo específico, contratado para atuar no interior das escolas, no acompanhamento das crianças com deficiência. Então é lamentável que os AVEs, que não são servidores públicos, são contratados, prestam serviços públicos, serem obrigados a visitar as casas das famílias para analisar e ver como está. Apuraremos e daremos os encaminhamentos necessários ao caso. O V. Toninho Vespoli citou que ontem fizeram uma reunião virtual com quarenta AVEs. Falaram que tem DREs que falam que vão ganhar vale-transporte, tem DREs falando que já ganharam no mês de março, então não vão ganhar. Também que, no início tinham dito que o ATEND seria para todos e agora estão falando que o ATEND tem que requisitar quarenta e oito horas antes e que só vão sair para atender aqueles que moram longe, ou seja, se o vale transporte como é que elas vão fazer visitas, mesmo perto da escola? Foi dito que não se sabe se ganharão o auxílio-creche, então, várias questões de direito delas eles não estão afirmando garantir. Outra coisa muito falada, que em determinado artigo de seus contratos, falam que elas podem ser mudadas de setor, mas não de mudar suas funções. Então vamos solicitar os contratos delas para ver o que pode ser feito juridicamente. O caso é grave. Muitas estão falando que vão para as escolas, vão marcar ponto, mas não vão fazer essas visitas. Eu acho que esse Comitê deveria tomar uma posição porque as coisas foram feitas de qualquer jeito, não foi conversado com sindicato, com elas, com ninguém. A Secretária vai fazendo sem qualquer diálogo. Elas ficam perguntando sobre, preocupadas e sem respostas. Demonstrou ainda, o Vereador, seu receio, quanto ao ensino médio, de que quando retornarem sobre o tema, após as eleições, as normativas já estejam preparadas pela SME e que depois fica difícil de reverter. O V. Eliseu ponderou sobre a proximidade das eleições e sobre a dificuldade de se obter quórum para as reuniões da Comissão de Educação nesse período. O V. Eduardo Suplicy deu conhecimento de requerimento de autoria conjunta com o V. Jair Tatto que encaminhou, solicitando informações precisas sobre as vagas de creches. São onze perguntas bem elaboradas, a serem encaminhadas à SME, já de posse da Assessoria da Comissão de Educação. Esclareceu, ainda, que as respostas às questões esclarecerão muitos dos problemas levantados durante a presente reunião. A pedido do V. Eliseu Gabriel, o senhor Rafael, Secretário da Comissão de Educação, esclareceu que constavam da reunião anterior do Comitê, para aprovação, duas moções, sendo uma de repúdio e outra de júbilo. A primeira, de repúdio, dirigida ao senhor Benjamin Ribeiro da Silva, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo - SIEESP, entidade patronal, referente à sua declaração e atitude em entrevista à Rádio Bandeirantes, em 06/10/2020, veiculada também, no YouTube e em outras redes sociais, ao manifestar opinião equivocada e constrangedora ao supor descomprometimento dos professores da rede Municipal de Ensino de São Paulo. A segunda, de júbilo e congratulação, relativa ao Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas - ONU, agraciado com o Prêmio Nobel da Paz de 2020. Aprovadas em votação, as moções, solicitou o Presidente V. Eliseu Gabriel que fosse dada publicidade aos documentos, no site da Câmara Municipal e, se possível, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, com subscrição aberta aos senhores Vereadores da Comissão de Educação presentes e aos integrantes do Comitê Emergencial, que é vinculado àquela Comissão. O V. Eduardo Suplicy, sugeriu ao senhor Presidente a leitura e votação do Requerimento que apresentou. O senhor Presidente, V. Eliseu Gabriel, sugeriu que se, de acordo, aprovasse-se a o Requerimento em nome do Comitê, caso favorável. Trata-se de pedido de informações ao Executivo sobre a antecipação das matrículas da educação infantil na Rede Municipal de Ensino, objeto do Memorando SME Nº 04/2020, enviado às DREs em 04/09/2020, bem como, notícias veiculadas em jornais de grande circulação, contendo onze questões, como segue:

- 1 - Quantas matrículas na educação infantil foram feitas em setembro e outubro de 2020?
- 2 - Dessas matrículas, informadas no primeiro item, quantas são para o ingresso em 2021?
- 3 - Dos ingressos para o próximo ano, quantas se referem a vagas novas, e quantas se referem a substituição por crianças que avançaram para o ano letivo seguinte?
- 4 - Os contratos das escolas da rede indireta sofreram aditamento devido às matrículas efetivadas nesse período? Se sim, informar quais foram os aditamentos e os respectivos valores de cada.
- 5 - Por que já foram feitas matrículas de crianças em escolas que ainda passarão por reformas/aquisição do prédio?
- 6 - Todos os familiares foram consultados sobre interesse nessas vagas em escolas ainda não disponibilizadas?
- 7 - Quando serão inauguradas as escolas já com alunos matriculados, mas que ainda não estão disponibilizadas para utilização?
- 8 - Quantas vagas na rede Municipal existiam em janeiro de 2017 e quantas existem atualmente?
- 9 - Quantas matrículas estão em processo, aguardando a confirmação de familiares?
- 10 - Quantas matrículas efetivas existem atualmente?
- 11 - Quantas crianças constam na fila de creches atualmente?

Procedida à leitura, sem manifestações e apreciado, foi aprovado o requerimento, a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação, em nome do Comitê Emergencial de Crise da Educação e, conforme expressou o Presidente V. Eliseu Gabriel, em havendo quórum, submetido seria também, à aprovação na Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em 21/10/2020. Nesse momento foi suscitada e discorrida questão quanto à terminologia atualmente mais apropriada aos equipamentos de educação infantil, ora denominados CEIs, ora denominados creches, dado seu histórico organizacional e funcional, sobrepondo-se variados pontos de vista, definindo-se por alterar a redação do Requerimento para CEIs.

Suscitada foi, também, questão referente à redação, quanto ao órgão de procedência do Requerimento. Teve a palavra, então o senhor Cláudio Carvalho, do Conselho Municipal de Segurança Alimentar - COMUSAN, com encaminhamento para que o Comitê solicitasse à Secretaria Municipal de Educação, bem como à Secretaria de Governo, o cronograma de volta às aulas, o qual deverá beneficiar na recuperação dos meses parados. Sugeriu-se melhor discussão sobre o tema, fazendo-o pauta para a próxima reunião do Comitê. Foram rendidas, ainda, saudações e agradecimentos, por ocasião do Dia dos Médicos, celebrado em 18 de outubro, bem como, a todos os profissionais da área da saúde, elementos imprescindíveis e de destaque ao enfrentamento da pandemia da COVID-19. Em manifestação derradeira, ressaltou o Presidente V. Eliseu Gabriel, sobre a importância de que o governo esteja atento a mais ouvir as pessoas e as entidades do setor da educação, nomeou em agradecimento aos participantes, assessores e a todos os presentes à reunião, encerrando-a. Para constar, eu, Rafael Robles Godoi, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por mim subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO COMITÊ EMERGENCIAL DE CRISE DA EDUCAÇÃO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos vinte e sete dias de outubro de dois mil e vinte, às catorze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, para a realização da Reunião do Comitê Emergencial de Crise da Educação. Estiveram presentes os Vereadores membros Claudinho de Souza, Eduardo Suplicy, Gilberto Nascimento e Toninho Vespoli. O Senhor Presidente, Vereador Eliseu Gabriel, iniciou os trabalhos do Comitê passando a palavra ao V. Eduardo Suplicy. V. Suplicy: Tendo em vista o eventual retorno às aulas presenciais, ele e o V. Jair Tatto apresentaram 4 requerimentos de informação. Os requerimentos versavam sobre questionamentos tais como: quantas e quais unidades escolares municipais, rede direta e indireta, estão oferecendo atividades extracurriculares; quais as atividades extracurriculares estão sendo oferecidas nessas unidades escolares; quantos estudantes optaram em participar das atividades extracurriculares; quantos profissionais de ensino estão trabalhando presencialmente nas unidades escolares; quantas unidades escolares privadas estão oferecendo atividades extracurriculares; quais unidades escolares municipais retornarão as aulas presenciais em 2020; haverá limite de estudantes por unidade escolar; quais medidas do ponto de vista de proteção à Covid-19 foram tomadas nas unidades escolares para o retorno presencial; como as aulas online do ensino médio estão sendo desenvolvidas nas unidades escolares até o momento; como serão as atividades dos estudantes que optarem em não voltar presencialmente; qual o número atual de auxiliares da vida escolar na rede municipal de educação; qual o regime de contratação dos auxiliares de vida escolar; qual a lotação e o local de efetivo exercício das funções dos chamados auxiliares de vida escolar; quais os procedimentos adotados durante a pandemia Covid-19 para o atendimento dos bebês, crianças e jovens com deficiência e aqueles com transtornos globais de desenvolvimento regularmente matriculados na rede municipal de ensino; qual o número de unidades educacionais mantidas pelas instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos municipais de educação que encerraram suas atividades no período de agosto de 2020 à 20 de outubro de 2020; qual o número de educandos transferidos da rede privada para a rede pública nas modalidades CEIs e EMEl; qual o sistema utilizado para a realização das matrículas nas unidades da rede pública e privada; os protocolos de matrícula são unificados e possuem interface; quais as medidas adotadas para a adequação dos espaços das unidades escolares em detrimento da pandemia do Covid-19; qual o plano de ação, cronograma para efetivação dessas reformas; quantas unidades escolares necessitam de reformas e em quais regiões. V. Eliseu Gabriel: Comentou que esses requerimentos devem ser levados para deliberação da Comissão de Educação para serem aprovados e enviados para a Secretaria de Educação. Abriu a palavra para comentários dos membros do Comitê. Marcia Fonseca Simões (SINESP Conselho de Alimentação Escolar): Considerou os requerimentos bem pertinentes e mencionou que participou de uma pesquisa da Defensoria Pública e que parte das perguntas elaboradas pelo V. Suplicy foram também feitas pela citada pesquisa, e que seria interessante o Comitê ter acesso a esses resultados. Margarida Prado (APROFEM): Também considerou os requerimentos pertinentes. Comentou que no sábado foi publicado o decreto autorizando a abertura das escolas para aulas presenciais aos alunos do ensino médio. Apontou que os alunos não são obrigados a comparecer, que somente os profissionais de educação que não estão abrangidos pelo decreto da pandemia e que testaram positivo aos reagentes do inquérito sorológico é que estarão nas escolas. Permanece o fato de que deixando a decisão de ir ou não ir aos educandos e pais, ainda há o risco dos alunos que não tiveram contato com o vírus serem infectados e transmitirem a Covid-19. É clara a pressão das escolas particulares, e o prefeito, que está disputando a reeleição, deve ter notado que a população não está aceitando esse retorno, o que deve ter motivado a liberação apenas do ensino médio para contemplar o desejo das instituições privadas. Ailton Fernandes (SinproSP): Considerou pertinente o documento apresentado pelo V. Suplicy e is que abrange muitos dos questionamentos do Comitê. As escolas particulares têm feito "peripécias" para fornecer aulas presenciais com o nome de atividades extracurriculares. O SinproSP conseguiu, na semana passada, uma audiência com o secretário municipal de saúde que se colocou a disposição nos casos de escolas que estiverem desrespeitando o decreto. Christian Sznick (SINESP): Comentou a respeito do papel da SME, que no mês anterior, quando se falou das atividades complementares, transferiu a responsabilidade pelo retorno ou não para os conselhos de escola. Nesse momento, com o retorno do ensino médio, foi transferido para os gestores diversas responsabilidades tais como a definição que somente os professores que testaram positivo retornarão, sendo que na maioria das escolas um ou dois tiveram esse contato com o vírus, ou seja, não há professores suficientes para o retorno presencial. Nessa questão de falta de profissionais, a SME propõe que se convide profissionais que queiram retornar, transferindo novamente a sua responsabilidade. No Ensino Médio já faltavam professores para áreas específicas como física, química, sociologia, entre outros. O protocolo apontava que, em caso de eventual retorno, os professores voltariam duas semanas antes para o planejamento, e agora o prazo dado pela SME é de dois dias. A própria SME não está respeitando o seu próprio protocolo. Não se tem garantia dos contratos de limpeza, de segurança, da chegada dos EPIs, entre outros. Aventou a possibilidade de decolar em pauta na reunião da Comissão a responsabilização de SME que está desrespeitando o seu protocolo e novamente transferindo para os conselhos de escola e para os gestores educacionais a responsabilidade que seria dela. Maciel Silva Nascimento (SINDSEP): Apontou a falta de comprovação científica de que as pessoas que testaram positivo ao Covid-19 tenham a tranquilidade de poder transitar pela cidade devido a uma eventual imunidade ao vírus. Há uma ausência de discussão sobre as sequelas provenientes da ação do vírus, de como ele se comporta em adultos e em crianças. As nove escolas do ensino médio não devem ser colocadas como "cobaias" para esse movimento tão incerto, sendo que há três países que estão retornando ao lockdown devido a uma segun-

da onda. Foi indicado anteriormente as controvérsias colocadas na instrução normativa para esse retorno forçado, sem qualquer tipo de orientação mais precisa e responsabilizando os conselhos de escola. É orientado que não haja adesão a essas atividades extra curriculares. Está sendo chamada uma aula pública para o dia 3/11, às 10:00 da manhã, na praça patriarca para discutir exatamente essa questão. O Sindsep orienta o não retorno e mantém a posição de que esse não é o momento adequado para a retomada das aulas. Joelia Aguiar (SEDIN): Comentou que os requerimentos do V. Suplicy contemplam quase todas as demandas dos sindicatos. A posição do SEDIN continua sendo em favor da vida, em defesa da vida. Questionou qual seria a fundamentação para a alegação de que quem já contraiu a Covid-19 está imune a novas infecções. Apontou que as crianças, mesmo assintomáticas, podem transmitir a doença nas escolas e para as famílias. O SEDIN mantém a posição pelo não retorno na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio. Michele R. Oliveira (SINPEEM): Expôs que o governo trouxe alguns dados e argumentos sobre a experiência europeia que, ao reabrir as escolas, viu o número de pessoas contaminadas aumentar muito, e esse aspecto confirma o que vem sendo dito por esse Comitê desde o início. Foi constatado que 25% dos alunos consultados moram com idosos, o que reafirma o posicionamento do Comitê pelo não retorno. O secretário alegou que as escolas foram preparadas, mas há exemplos do contrário, como a ausência de reformas estruturais alinhadas com o preconizado nos protocolos. As pessoas receberam a proteção facial de qualidade leitosa e não transparente, o que dificulta a visualização e a realização adequada dos trabalhos. Não se verifica melhorias estruturais nas escolas que não podem ser restringir apenas ao fornecimento de equipamentos de proteção e sanitizantes. Se reitera a posição contra a retomada eis que não há segurança para os profissionais, educandos e famílias. Marcia Fonseca Simões (SINESP e Conselho de Alimentação Escolar): Mencionou o tema da alimentação no qual ainda existem muitas famílias que ainda não receberam o cartão alimentação. Salientou a importância do SUS no combate à pandemia e sugeriu uma moção de júbilo aos profissionais de saúde do SUS devido a sua atuação durante essa crise. Christian Sznick (SINESP): Na questão da alimentação, gestores de algumas unidades educacionais alertaram as DREs que ainda restavam alimentos nas escolas desde março, com os prazos de validade se aproximando. A SME não organizou a logística de retirada desses alimentos em muitas escolas. Configura-se como uma total desconsideração da secretaria em relação a esses alimentos que permaneceram nas unidades escolares por todo esse tempo. Em relação à volta presencial do ensino médio, o governo alegou que a maioria desses estudantes já trabalhavam, porém, um levantamento junto às escolas apontou que apenas 20% trabalhavam, ou seja, não eram a maioria, como argumentado pelo governo. V. Eliseu: Sugeriu que o Comitê Emergencial apoiasse os requerimentos apresentados pelo V. Suplicy e V. Jair Tatto e assim se procedeu a votação que terminou com a manifestação de apoio a esses documentos por parte do Comitê. V. Suplicy: Discorreu sobre um episódio muito grave de invasão a uma residência, agressão e desrespeito a uma professora por parte da polícia militar. O Vereador registrou a carta denúncia encaminhada ao Governador João Dória, ao Secretário Estadual de Segurança Pública João Pires de Campos, ao Sr. Procurador Geral de Justiça Mário Luiz Sarrubbo, ao Ouvidor da Polícia Eliseu Soares Lopes e ao Delegado Geral da Polícia Civil Ruy Ferraz Fontes. V. Eliseu Gabriel: Encaminhou votação relativa à proposta de moção de júbilo aos profissionais de saúde e ao SUS, sendo aprovada em seguida. Finalizou a sessão lembrando da realização da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esportes agendada para o dia seguinte. Para constar, eu, Rafael Robles Godoi, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por mim subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO COMITÊ EMERGENCIAL DE CRISE DA EDUCAÇÃO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos vinte e quatro dias de novembro de dois mil e vinte, às catorze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, para a realização da Reunião do Comitê Emergencial de Crise da Educação. Estiveram presentes Vereadores membros Eduardo Suplicy e Toninho Vespoli. Entidades convidadas para a reunião do Comitê: SINPEEM - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo, SEDIN - Sindicato dos Educadores da Infância, SINDSEP - Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo, APROFEM - Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo, SINESP - Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo, FMESP - Fórum Municipal de Educação de São Paulo, FMEISP - Fórum Municipal de Educação Infantil de São Paulo, CME-SP - Conselho Municipal de Educação de São Paulo, CAE - Conselho de Alimentação Escolar e CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Após a abertura dos trabalhos, as seguintes questões foram apontadas, sendo que há alguns pontos que são comuns em todos os anos, mais inflacionados neste ano, e outros atípicos: (a)-A SME apresenta um grave problema em gerir os contratos. As licitações não estão dando certo. Como exemplo, no dia de hoje, ainda tocando o edital dos uniformes, sendo que o ano já está acabando. (b)-As escolas não estão com os devidos contratos de limpeza de caixas d'água e de dedetização, deste o início do ano, e muitas tiveram que assumir esta questão, que é primordial frente ao momento em que estamos vivendo com a pandemia, sendo um gasto que as escolas estão tendo que assumir. (c)-O pessoal de limpeza continua reduzido nas unidades, porém há pessoas trabalhando em sistema de plantão, todos os dias, e as unidades não estão conseguindo manter o asseio destes espaços. (d)-Já foi cobrado da SME, como todo ano em que há eleição, a informação de quem fará a limpeza das unidades nos domingos, inclusive esta questão já foi colocada aqui neste Comitê de Crise. Em cada unidade, em cada DRE, foi feito de uma forma, não se tendo garantia de terem equipes de limpeza prévia destas unidades, que se encontram fechadas desde março (limpeza de pátios, corredores, banheiros, etc.) e nem garantia da limpeza no dia da votação. (e)-A SME falava em fazer um novo contrato de vigilância, porém não foi realizado e fez-se um contrato emergencial. Assim, de uma hora para a outra, tem que se fazer a troca de chaves, ficando a unidade à espera de alguém para fazer esta troca. Se esta é uma questão preocupante para quem já tinha segurança, é ainda maior para as 800 unidades que não possuem nenhuma vigilância, ou seja, praticamente metade da rede está sem o serviço de vigilância. (f)-Ao final de cada ano, há um rito nas escolas: remoções, fixações (pois que se encontra em vagas precárias) e atribuições. A SME colocou a data da remoção para o dia 01/12/2020, e o processo todo já se encerrou há duas semanas, desta forma procedimento de fixação e a atribuição poderá ser atrasado ou deixar tudo muito corrido para a última hora. O cronograma não é disponibilizado às unidades educacionais. (g)-As chamadas de todos os cargos estão paradas na Secretaria de Gestão. (h)-Houve a ausência de ajuda pedagógica para que as escolas consigam construir projetos durante a pandemia e agora vem avaliação externa aos educadores, o que poderá prejudicar em muito, pois, principalmente para os alunos do EJA, é um problema quando vem uma avaliação externa, podem ficar aterrorizados e isto os afasta do processo

educacional. Para todos os níveis é um problema. Como realizar esta avaliação por alguém que não é da Rede de Educação Municipal, sem se ter o conhecimento do processo que foi desenvolvido? (i)-As Unidades Escolares foram convocadas a matricular 40 bebês por turma, sem a menor orientação e qualificação. (j)-As salas do Mova começaram a receber lotes de cartão alimentação para os educandos, uma semana antes da eleição, e utilizaram uma listagem antiga, assim muitos não receberam. Foram dados os seguintes informes: (a)-Dia 19/11, o Sindicato das Escolas Privadas do Estado de São Paulo, desistiu de uma ação em que solicitava à justiça o retorno da Educação Básica em todos os níveis. (b)-O SinproSP está recebendo notícias de escolas que estão escamoteando as atividades extra curriculares e está encaminhando estas denúncias junto aos órgãos públicos, apesar de perceber que o poder público não está dando prosseguimento "por não terem pernas" para realizar os procedimentos. (c)-O "cartão merenda", apesar de não ser de "alimentação" conforme gostaríamos, finalmente foi universalizado, inclusive para os alunos que foram recentemente inscritos na rede, graças à luta realizada pelo Comitê. (d)-Os kits de itens alimentícios também estão sendo providenciados e a Secretaria tem feito chamadas públicas, a fim de cumprir a lei até o final do ano. (e)-Há um grupo que foi constituído para o acompanhamento do plano que o município assinou junto com o Ministério Público Federal para a retomada da compra da agricultura familiar e de sua distribuição, por meio de kits, com previsão de entrega até dezembro. Como está previsto um projeto de atividades de educação alimentar e nutricional (entre os compromissos assinados pela SME), vinculadas à questão da inserção destes alimentos, com base no guia alimentar e no PPP (Projeto Político Pedagógico) das escolas, este mesmo grupo de acompanhamento está desenvolvendo levantamentos dos preços dos alimentos nos estabelecimentos cadastrados no "cartão merenda escolar" pelas 5 macro regiões da cidade, e estão passando um questionário (sem a necessidade de informações pessoais) para verificar a situação das famílias (recursos, dificuldades, etc.) e se possuem interesse em receber informações sobre o uso integral destes alimentos e sobre a questão de hortas. Pretende-se elaborar pequenos vídeos, com receitas para utilização destes kits e de outros alimentos importantes para o consumo dos escolares, com base nos preços que estão sendo levantados, para ser o mais próximo possível da realidade das famílias. Envolvidos no projeto: Conselho de Alimentação Escolar, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, Comissão Gestora de Inserção de Orgânicos na Alimentação Escolar, Fórum Paulista de Soberania de Segurança Alimentar e Movimento de agentes de Pastoral Negros. Todos trabalhando voluntariamente, com a participação de alguns chefes e de estagiários de Nutrição da Faculdade Anhanguera. (f)-Ver. Suplicy aproveita para informar que, conforme conversou com o Secretário Hugo Possolo, o Centro de Referência da Dança não será deslocado do lugar no qual se encontra desde 2014 (Galeria Formosa, Praça Ramos de Azevedo, embaixo do viaduto do Chá), onde era abrigada a antiga Escola do Bailado desde 1940 até 2012. Finalização: O Comitê tem atingido suas finalidades e continua firme em sua posição de que não há como retornar às aulas diante do momento em que vivemos, colocando a vida dos alunos e familiares em risco, e os vereadores recebem cumprimentos por suas reeleições e agradecem. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Rafael Robles Godoi e Inácio Veiga, lavramos a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO COMITÊ EMERGENCIAL DE CRISE DA EDUCAÇÃO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

No primeiro dia de dezembro de dois mil e vinte, às catorze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, para a realização da Reunião do Comitê Emergencial de Crise da Educação. Estiveram presentes os Vereadores membros Eduardo Suplicy e Gilberto Nascimento. Considerando o resultado da eleição municipal em São Paulo, o Vereador Eliseu Gabriel iniciou a reunião comentando sobre os próximos desafios do Comitê e o levantamento de algumas estratégias de atuação para o próximo ano. Mencionou a espera pela eleição da Mesa da Câmara (01.01.21), bem como a configuração das Comissões no ano de 2021, em que fará o possível para estar como membro da Comissão de Educação novamente e da importância da continuidade do Comitê. Pontos levantados pelos participantes da reunião: (a) - Os Cadernos Trilhas foram distribuídos para a Educação Infantil (a SME não ia fazer isso). Existe um custo alto x real necessidade pedagógica. Ademais, foram distribuídos no final do ano e existe uma questão de legalidade para o uso de verbas; (b) - Calendário de final de ano indefinido (não se sabe se haverá receso entre Natal e Ano Novo. Também não está claro se haverá férias para os professores em janeiro (como previsto em Lei); (c) - A SME não se manifesta quanto à organização em geral para o ano de 2021. Como o agravante de que a pandemia não está controlada; (d) - Prêmio por Desempenho Educacional: a discussão sobre o próprio prêmio, bem como os critérios, o que a prefeitura pretende fazer, etc não foi feita até hoje. E a SME, quando questionada diz que depende de outras Secretarias; (e) - Relevância na continuidade da Assistência Alimentar e Nutricional aos alunos, considerando ainda as incertezas sobre a pandemia. Assim como, monitorar os recursos do PNAE (que está diminuindo); (f) - Governo Federal fará um projeto para um possível retorno às aulas, pois se diz, a partir de estudos novos que as crianças não passam a doença. Seria necessário convidar um especialista para atualizar o Comitê quanto a isso; (g) - Preocupação com os CEUs nas férias e de trabalhadores que se contaminaram em novembro. Inexistência de um protocolo de acompanhamento dessas pessoas que adoeceram; (h) - Denúncia de citação indevida de servidora. (devido ao áudio ruim, vereador solicitou enviar ao Comitê por escrito); (i) - A SME ainda não oferece condições mínimas para um retorno às aulas de forma segura, o que se agrava perante o aumento dos casos/óbitos por Covid; (j) - Existe um direcionamento por parte da Prefeitura em terceirizar a Educação Pública (isso é inadmissível); (k) - Importância de ter a Educação como política de Estado, portanto necessidade de retornar em 2021 a avaliação do PME (Plano Municipal de Educação). O Vereador Eduardo Suplicy lembrou que a Comissão trata também das políticas públicas afetas ao Esporte e Cultura. Assim, disse que o Governo Estadual/SP (gov. Dorotia) irá transformar o complexo esportivo Ibirapuera num grande shopping center. Também prestou solidariedade aos 09 jovens mortos em Paraisópolis. (acontecimento em um baile funk ocorrido um ano atrás e que ainda não foi esclarecido pela polícia). Informou sobre a realização de um protesto sobre isso no dia de hoje. Informe: um grupo de mães (escolas privadas de SP) está ingressando na Justiça para que haja o retorno às aulas no próximo ano. Solicitação: vários requerimentos aprovados na Comissão, especialmente em 18.11 deveriam ser cobrados e socializados com o Comitê. O Vereador Eliseu Gabriel informou ser um pouco difícil o retorno dos requerimentos em tempo desejável diante da transição do governo. Sugestões: alterar o nome do Comitê para Comitê Permanente e não mais Comitê Emergencial; e convidar um especialista para o próximo encontro. Foi sugerido novamente a participação do Dr. Vecina para falar do retorno às aulas. Finalização: o Vereador Eliseu Gabriel priorizou três eixos para se trabalhar no ano de 2021: o não retorno às aulas

enquanto não houver condições; a terceirização da Educação Pública e a avaliação do Plano Municipal de Educação. O Vereador Eliseu Gabriel também referendou o convite ao Dr. Vecina para o próximo encontro. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Rafael Robles Godoi e Inácio Veiga, lavramos a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO COMITÊ EMERGENCIAL DE CRISE DA EDUCAÇÃO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos oito dias de dezembro de dois mil e vinte, às catorze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, para a realização da Reunião do Comitê Emergencial de Crise da Educação. Estiveram presentes os Vereadores membros Eduardo Suplicy, Gilberto Nascimento e Toninho Vespoli. Durante a reunião, fizeram uso da palavra os representantes das seguintes entidades: Aprofem, Sinesp, Fórum Paulista de Educação Infantil, Sindsep, Sinpeem, Sinpro e Sedin. Após a abertura dos trabalhos, o Vereador Eliseu Gabriel passou a palavra ao palestrante convidado, o Dr. Gonzalo Vecina Neto, médico sanitário. Tópicos de destaque da exposição do Dr. Gonzalo Vecina Neto: (1) Sobre a situação da pandemia: O aumento de casos e óbitos é significativo e indica um quadro de gravidade do processo pandêmico. O risco de contágio permanece elevado e deve-se evitar ao máximo os espaços fechados e as interações em ambientes de aglomeração. Esse fenômeno de recrudescimento vem se dando de forma semelhante ao que ocorreu na Europa, principalmente em virtude do afrouxamento das regras de distanciamento social que se verificou de maneira generalizada. No entanto, Vecina acentuou que há um conhecimento que se acumulou sobre a doença e isso implicou um aprendizado sobre o tratamento. (2) Sobre a retomada das aulas presenciais: Em que pese o cenário, a retomada das aulas presenciais é algo que deve começar a ser pensado. O principal motivo dessa reorientação é a saúde mental das crianças e o baixo impacto que a Covid-19 tem sobre essa faixa etária. Nesse sentido, as crianças precisam ser reinseridas na rede de relações extra-domésticas do ambiente escolar e de demais instâncias de socialização. No entanto, esse processo de retomada deve obedecer necessariamente a um planejamento composto por um conjunto de protocolos e estratégias. (3) A construção do planejamento de retorno. O planejamento deve ser construído de forma coletiva, considerando os seguintes pontos: (a) criação de um espaço institucional de diálogo entre a administração municipal, profissionais de educação, profissionais de saúde e a comunidade afetada. Foi frisada a relevância, e extrema legitimidade, da representação das diversas entidades sindicais nessa dinâmica de diálogo; (b) articulação e construção coletiva do planejamento de retomada, considerando o entendimento a partir dos vários segmentos sociais envolvidos no processo; (c) formulação de um planejamento que comporte a implementação de programas de retomada que ocorra de acordo com a realidade de cada unidade escolar ("negociação por escola"), pois cada situação implica ações específicas dos profissionais e da comunidade do entorno. Não é racional constanger toda a rede a um planejamento único e extremamente rígido. (4) Alguns parâmetros mínimos devem ser seguidos: Apesar do planejamento flexível de acordo com a realidade de cada unidade escolar, a retomada terá que atentar para os seguintes pontos inegociáveis: (a) cada atividade (pedagógica ou não) a ser desenvolvida deverá obedecer a escalonamentos e adequações que contemplem seus riscos e necessidades específicas de segurança sanitária. As atividades não poderão ser iniciadas e realizadas conjuntamente (o que inclui, por exemplo, a avaliação diagnóstica); (b) as unidades escolares deverão estar fisicamente adequadas (conforme já foi indicado em reuniões anteriores), e isso exige primordialmente ambientes abertos e bem expostos à ventilação natural; (c) diante do surgimento de um caso, as atividades presenciais deverão ser imediatamente suspensas para reavaliação; (d) os profissionais enquadrados como "grupo de risco" deverão permanecer afastados das atividades presenciais (sobre esse enquadramento, é necessário que isso seja discutido e ponderado coletivamente, a partir das várias modalidades profissionais implicadas no processo). (5) A perspectiva de vacinação: As condições de vacinação já existem e algumas vacinas, entre elas a da Sinovac, já poderiam ser aplicadas. Não há motivos para que a vacinação coletiva não comece logo no início de 2021. Entretanto, Vecina avalia que a imunização plena só será conseguida em 2022. Após, houve a manifestação dos profissionais de educação, que ressaltaram os seguintes aspectos: (1) Prevalece o problema de fundo: a ausência de diálogo efetivo com a administração municipal, ou seja, as propostas encaminhadas pelos diversos segmentos de profissionais não são acolhidas; (2) As reformas e adequações técnicas, tão demandas e necessárias, não foram implementadas nas unidades da rede municipal de ensino; (3) No calendário escolar previsto para 2021, a proposição da administração municipal não considera a realidade da pandemia; (4) Existe o anseio dos profissionais de educação em retomar as atividades presenciais, mas há a preocupação com os impactos disso sobre a saúde de todos (alunos, familiares e profissionais). Não havendo nada mais a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Rafael Robles Godoi e Inácio Veiga, lavramos a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

**EXTRATO DE ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO COMITÊ EMERGENCIAL DE CRISE DA EDUCAÇÃO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos quinze dias de dezembro de dois mil e vinte, às catorze horas, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel, para a realização da Reunião do Comitê Emergencial de Crise da Educação. Estiveram presentes os Vereadores membros Eduardo Suplicy e Toninho Vespoli. Após a abertura dos trabalhos, o Vereador Eliseu Gabriel passou a palavra aos participantes. A Sra. Margarida Prado (APROFEM), sobre o PL 698/17 do vereador Cláudio Fonseca, diz que não tem nada contra porque é uma adequação da legislação vigente. Receia o que está por trás disso e levanta a dúvida se o PL vai mesmo ser sancionado. O PL68/17 já é preocupante, sobre ele tem restrições. Diz que dependendo da composição da mesa diretora da Casa para o próximo ano, terão maior ou menor chance de sucesso. Faz uma breve e positiva avaliação deste Comitê, declarando que foi extremamente importante para a não retomada às aulas em 2020. Versa sobre a condição das escolas que não estão preparadas para garantir a segurança de todos na pandemia e que a Instrução Normativa não versa sobre atividades online ou mistas, ainda não está clara a posição da SME. Finaliza levantando a possibilidade do Comitê ser permanente e que isso também estaria ligado à composição da mesa diretora e da Comissão de Educação em 2021. O Sr. Christian Sznick (SINESP) diz que a Instrução Normativa desconsidera a gestão democrática e que a SME estipulou datas desconsiderando o trabalho dos profissionais, aumentando datas letivas e engessando datas previamente. A grade e o currículo foram publicados em diálogo, segundo ele, e houve publicação no D.O sem conversa anterior. Declara que a secretaria não escuta a base e que está havendo contra-



# Diário Oficial

## CIDADE DE SÃO PAULO

D.O.C.; São Paulo, 66 (3), quarta-feira, 6 de janeiro de 2021

tação de professores, sendo que os concursos estão sob a responsabilidade da Secretaria da Fazenda, sendo assim a prefeitura não está organizando concursos, estes se encontram parados na Secretaria da Fazenda. Acrescenta que este Comitê é importante que siga os seus trabalhos a fim de dar publicidade ao que é tratado, uma vez que a realidade não ganha publicidade. O Sr. Ailton Fernandes (SinproSP) considera que o Dr. Gonzalo Vecina tem posicionamento contrário aos professores, colocando problemas psicológicos para as crianças, mas os profissionais não são considerados, estando em zona de perigo e por isso se posicionam contra a volta. Além disso, desconsidera-se os problemas fonoaudiológicos por causa da máscara e a má acústica da sala, concluindo que a voz acabará por ficar prejudicada. Coloca que são muitas as situações que impedem a volta segura. A Sra. Joelia Aguiar (SEDIN), sobre o PL68/17, declara que os profissionais da educação infantil têm divergências à aprovação do PL uma vez que ele não melhora em nada a atuação destes e abre brecha para se criar o terceiro turno, encarecendo em mais de 30% o custo da educação infantil. Sugere que sejam unificadas as medidas tomadas para educação de 0 a 5 anos e 11 meses para melhor atendimento da população, sendo que o SEDIN diverge do PL, tendo sido protocolada explicação sobre a divergência em todos os gabinetes com o pedido de voto contrário ao PL. Sobre a fala do Dr. Vecina, declara que o SEDIN está se organizando para o retorno, mas que na reunião com a direção do Sindicato houve a declaração de que não concordam com o retorno. Sendo inevitável que as atividades voltem, diz que o Comitê tem que continuar e discutir junto com o governo para que a volta seja segura. Conclui sua fala dizendo que não há consenso sendo que o SEDIN só aceita retorno com uma vacina que apresente eficácia e segurança. Se governo insistir, o Sindicato se posiciona para haver o acompanhamento do setor da saúde com aval de que o retorno é possível. O Vereador Toninho Vespoli aponta que, na sua avaliação, este Comitê deveria ser permanente uma vez que não teve nenhuma pauta importante da educação que não fosse discutida e que houve muita proposta de mudança e levantadas alternativas. Sobre a volta às aulas, analisa que o setor econômico dá as suas cartas para as prefeituras e governo, sendo que os próximos 4 a 6 meses serão os piores segundo especialistas da saúde. Pergunta o que justifica a volta às aulas para fevereiro se a crise sanitária está pior que a situação entre março e abril. Além disso, no período de festas haverá aglomerações e isso tende a piorar a situação e os alunos do EJA e do MOVA tem mais idade, incluindo-se no grupo de risco. Diz que a situação é grave e que nada justifica a volta às aulas presenciais. Também reflete que os pediatras e especialistas que pedem a volta às aulas são da classe A e B, de escolas particulares, cujo movimento pressiona para a volta às aulas. Isso será um genocídio dos mais pobres. Sobre o PL 68/17 declara divergir, assim como outro projeto de autoria do vereador Fernando Holiday que pretende instaurar auditorias externas para serviços públicos. Declara que é notória a intenção persecutória e tendente a criação de processos administrativos do PL do vereador Holiday e que é negativo para o servidor que já é "massacrado", sendo assim, declara que tem que haver um posicionamento da Casa. Apoiar o vereador Eliseu Gabriel para a presidência da próxima Comissão de Educação e declara que deve não fazer mais parte da Comissão de Educação uma vez que já está há 8 anos atuando na Comissão, devendo então ir para a CCJ (abreviação da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa). A Sra. Patrícia (SINPEEM), sobre o PL 68/17, diz que há discordância por grande parte da rede de ensino, principalmente os profissionais da educação infantil porque o que está por trás não é a terceirização, mas uma maneira de tratar os profissionais com o mesmo título de forma igual. Atualmente, segundo ela, até os atrasos são considerados diferentes. Ela diz apoiar o PL68/17 e declara que os profissionais das CEIs também pois almejam paridade com os profissionais das EMEIs e das EMEFs. Sobre a fala de Vecina defende que quem tem que dar o norte não é a área da saúde apenas, mas a saúde em conjunto com a área da educação. Desta forma, são os educadores que sabem de fato o protocolo que pode ser viável, que pode dar segurança. Declara que o SINPEEM está visitando escolas e a conclusão é que não é momento para o retorno escolar. Diz que o Dr. Vecina pode ter mudado de opinião, como declarou, mas não versa sobre regras e que o que deveria ser feito será ter mais profissionais e mais recursos para que segurança seja implantada. Também se diz favorável à continuação do Comitê e que é a favor que cada sindicato mantenha sua autonomia de opinião. Conclui citando fala do repórter Augusto Nunes à Jovem Pan que mais uma vez depreciou profissionais de educação, desconsiderando o trabalho que os profissionais tiveram para dar acesso às aulas aos alunos. O Vereador Eliseu Gabriel declarou que vai levar pedido para que o Comitê seja permanente. O Sr. Maciel Silva Nascimento (SINDSEP) inicia defendendo a autonomia das entidades e se declara contrário ao PL68/17 uma vez que considera que estamos em um momento em que qualquer instrumento que dê condições de terceirização ao governo deve ser evitado, diz que o PL 68/17 fere a infância na cidade de São Paulo e quem conhece as CEIs sabe que o trabalho não tem relação com as EMEFs. Diz que o debate para a criação do PL foi enviesado e que não esclareceu ou formou opiniões, deixando os profissionais muito temerosos. A Sra. Marcia Fonseca Simões (SINESP e Conselho de Alimentação Escolar) declara que o educador também tem que ser considerado autoridade para a tomada de decisões. Sobre a alimentação sem as aulas presenciais, relata que a prefeitura garantiu o cartão alimentação para CEIs e EMEFs, sendo os valores de 55 reais para o 1º ao 9º ano e de 101 reais para a educação infantil por mês, já para alunos da EMEI o valor é de 63 reais. O kit de gêneros alimentícios não será fornecido pois a prefeitura realizou a chamada pública, mas não haverá tempo hábil devido ao término do calendário na semana que vem. Segundo ela, este valor foi estipulado pois era o valor que a secretaria declarou gastar com a alimentação por aluno durante as aulas. Ainda relatou que o Sindicato dos Nutricionistas realizou pesquisa com as famílias e que constatou não ser um valor suficiente e que tem que haver adequação. O Sr. Ivan Ferreira Santos de Carvalho (Fórum Paulista de Educação Infantil) relata que a maioria das escolas da rede de ensino do extremo sul realizou vaquinha entre os professores para que as famílias pudessem ter o valor do cartão uma vez que a secretaria instaura burocracia para o recebimento e muitas famílias não estavam aptas a cumprir as exigências. Ou seja, o cartão merenda não chegou para todo mundo. Coloca que o Fórum é contra o PL68/17 e que já assinou com outros sindicatos, não se negando ao debate,

mas antes propondo um convite à reflexão. Também ressaltou que a LOA já aumentou o orçamento para 3 bilhões para as unidades conveniadas e que 87% das unidades que atendem crianças de 0 a 3 anos já são conveniadas. O PL 68/17, é o fim da educação pública infantil, além de causa problemas na aposentadoria para alguns profissionais que pediram um certo tipo de transferência. Acrescenta que o autor do PL é o presidente do SINPEEM e que naturalmente este Sindicato não irá se posicionar contrariamente ao projeto. A Sra. Margarida Prado (APROFEM) ressalta que o PL tem pontos positivos como instituir que a jornada maior passe a ser considerada a jornada básica, não considera ter posição 100% contrária, mas sim contra uma parcela. Também declara não estar de acordo com maior terceirização e que teme que o PL seja aprovado e que depois o Executivo vete alguns trechos. Desta forma, diz que não assinaram o documento produzido pelos demais sindicatos por esses motivos. Finaliza concluindo que caso o Comitê passe a ser permanente, não é necessário mudar o nome, bastando para isso apenas remover a denominação "emergencial". O Sr. Maciel Silva Nascimento (SINDSEP) pronuncia-se apenas para deixar registrado que também deseja que o Comitê se torne permanente. Não havendo nada mais a tratar, a Sra. Margarida Prado encerrou os trabalhos, uma vez que o Vereador Eliseu Gabriel já havia se retirado. Para constar, nós, Rafael Robles Godoi e Inácio Veiga, lavramos a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

### SECRETARIA DA CÂMARA

#### PRESIDÊNCIA

PORTARIA 3122/21  
EXONERANDO, a pedido, GIULIANO OTAVIO PUCINELLI PIVA, registro 25321, do cargo de CHEFE DE GABINETE DE SECRETARIA, referência QPLC-7, do(a) Gabinete da 2ª Secretaria.  
PORTARIA 3123/21  
EXONERANDO, a pedido, ALEXANDRE SAMPAIO MAURICIO, registro 29463, do cargo de CHEFE DE GABINETE DE SECRETARIA, referência QPLC-7, do(a) Gabinete da 1ª Secretaria.  
PORTARIA 3124/21  
EXONERANDO, a pedido, JOEL DE SOUZA BAPTISTA, registro 27871, do cargo de CHEFE DE GABINETE DE VICE-PRESIDÊNCIA, referência QPLC-7, do(a) Gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de janeiro de 2021.  
PORTARIA 3125/21  
EXONERANDO, a pedido, TATHYANA PELATIERI CANELOI TELES, registro 230616, do cargo de ASSESSOR LEGISLATIVO, referência QPLC-6, do(a) Gabinete da 2ª Secretaria.  
PORTARIA 3126/21  
EXONERANDO, a pedido, ANTONIO PEREIRA POL ROSSELLO, registro 25589, do cargo de ASSESSOR LEGISLATIVO, referência QPLC-6, do(a) Gabinete da 1ª Secretaria.  
PORTARIA 3127/21  
EXONERANDO, a pedido, CAROLINE MARTELLO COSTA, registro 231354, do cargo de ASSESSOR LEGISLATIVO, referência QPLC-6, do(a) Gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de janeiro de 2021.  
PORTARIA 3128/21  
EXONERANDO, a pedido, FABIO CRUZ SILVA, registro 231599, do cargo de ASSESSOR ESPECIAL DA MESA DIRETORA, referência QPLC-5, do(a) Gabinete da 2ª Secretaria.  
PORTARIA 3129/21  
EXONERANDO, a pedido, SANDRA VAZ GENTIL, registro 231604, do cargo de ASSESSOR DE LIDERANÇA, referência QPLC-5, do(a) Gabinete de Liderança de Representação Partidária do PSL.  
PORTARIA 3130/21  
EXONERANDO, a pedido, PEDRO CARLOS BIANGULI DE FARIA, registro 230803, do cargo de ASSESSOR ESPECIAL DA MESA DIRETORA, referência QPLC-5, do(a) Gabinete da 1ª Secretaria.  
PORTARIA 3131/21  
EXONERANDO, a pedido, TALINE CHAVES SILVA, registro 231588, do cargo de ASSESSOR DE LIDERANÇA, referência QPLC-5, do(a) Gabinete de Liderança de Representação Partidária do PSOL.  
PORTARIA 3132/21  
EXONERANDO, a pedido, FABIO ZECCHINI FERREIRA, registro 28084, do cargo de ASSESSOR ESPECIAL DA MESA DIRETORA, referência QPLC-5, do(a) Gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de janeiro de 2021.  
PORTARIA 3133/21  
EXONERANDO, a pedido, RICARDO FRAIANELLI, registro 28704, do cargo de ASSESSOR DE LIDERANÇA, referência QPLC-5, do(a) Gabinete de Liderança de Representação Partidária do REPUBLICANOS, a partir de 1º de janeiro de 2021.  
PORTARIA 3134/21  
EXONERANDO, a pedido, FABIO DE LIMA XAVIER, registro 231702, do cargo de ASSESSOR DE GABINETE DA MESA DIRETORA, referência QPLC-4, do(a) Gabinete da 2ª Secretaria.  
PORTARIA 3135/21  
EXONERANDO, a pedido, IRAPOAN ANTONIO GARRETT MARINHO, registro 230731, do cargo de ASSESSOR DE GABINETE DA MESA DIRETORA, referência QPLC-4, do(a) Gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de janeiro de 2021.  
PORTARIA 3136/21  
NOMEANDO RICARDO FRAIANELLI, para exercer, em comissão, o cargo de CHEFE DE GABINETE DE VICE-PRESIDÊNCIA, referência QPLC-7, no(a) Gabinete da 2ª Vice-Presidência.  
PORTARIA 3137/21  
NOMEANDO PEDRO CARLOS BIANGULI DE FARIA, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR LEGISLATIVO, referência QPLC-6, no(a) Gabinete da 1ª Secretaria.  
PORTARIA 3138/21  
NOMEANDO GENSIS RAMOS ALVES, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR LEGISLATIVO, referência QPLC-6, no(a) Gabinete da 2ª Vice-Presidência.  
PORTARIA 3139/21  
NOMEANDO JOAO VICTOR DA MOTTA BAPTISTA, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL DA MESA DIRETORA, referência QPLC-5, no(a) Gabinete da 1ª Secretaria.  
PORTARIA 3140/21  
NOMEANDO MARIA ELIANA DOS SANTOS MAIA, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL DA MESA DIRETORA, referência QPLC-5, no(a) Gabinete da 2ª Vice-Presidência.  
PORTARIA 3141/21  
NOMEANDO AMANDA VETTORAZO CARNEIRO, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR DE GABINETE DA MESA DIRETORA, referência QPLC-4, no(a) Gabinete da 2ª Secretaria.

**MESA DA CÂMARA**  
PORTARIA 12165/21  
TORNANDO sem efeito a Portaria 11933/21, que exonerou ROBERTA ROSA, registro 27022, do cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE, referência QPLCG-5, do 47º Gabinete de Vereador, a partir de 1º de janeiro de 2021.  
PORTARIA 12166/21  
TORNANDO sem efeito a Portaria 11859/21, que exonerou HEITOR FERREIRA DA SILVA, registro 231609, do cargo de ASSESSOR ESPECIAL LEGISLATIVO, referência QPLCG-4, do 34º Gabinete de Vereador, a partir de 1º de janeiro de 2021.  
PORTARIA 12167/21  
REMOVENDO do 47º Gabinete de Vereador para o 11º Gabinete de Vereador, ROBERTA ROSA, ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE, referência QPLCG-5, registro 27022, a partir de 1º de janeiro de 2021.  
PORTARIA 12168/21  
REMOVENDO do 34º Gabinete de Vereador para o 5º Gabinete de Vereador, HEITOR FERREIRA DA SILVA, ASSESSOR ESPECIAL LEGISLATIVO, referência QPLCG-4, registro 231609, a partir de 1º de janeiro de 2021.  
PORTARIA 12169/21  
EXONERANDO, a pedido, CAUE DEL VALLE DE ARAUJO, registro 230537, do cargo de CHEFE DE GABINETE, referência QPLCG-10, do 20º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12170/21  
EXONERANDO, a pedido, EVERALDO VALERA, registro 230657, do cargo de CHEFE DE GABINETE, referência QPLCG-10, do 35º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12171/21  
EXONERANDO, a pedido, VANILDA DA ANUNCIACAO PEREIRA SANTOS, registro 25550, do cargo de CHEFE DE GABINETE, referência QPLCG-10, do 27º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12172/21  
EXONERANDO, a pedido, RODRIGO JUNCAL ROSSLER, registro 24547, do cargo de COORDENADOR ESPECIAL LEGISLATIVO, referência QPLCG-9, do 50º Gabinete de Vereador, a partir de 05 de janeiro de 2021.  
PORTARIA 12173/21  
EXONERANDO, a pedido, FABIO APARECIDO RAPP PORTO, registro 231623, do cargo de COORDENADOR ESPECIAL DE GABINETE, referência QPLCG-8, do 20º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12174/21  
EXONERANDO, a pedido, VICTOR SOUZA LOPES DE COUTO, registro 231263, do cargo de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, referência QPLCG-7, do 20º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12175/21  
EXONERANDO, a pedido, FABIO RIBEIRO DA SILVA, registro 231091, do cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, referência QPLCG-6, do 35º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12176/21  
EXONERANDO, a pedido, LUCAS PAVANATO DE OLIVEIRA, registro 231529, do cargo de ASSESSOR ESPECIAL LEGISLATIVO, referência QPLCG-4, do 20º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12177/21  
EXONERANDO, a pedido, REINALDO NASCIMENTO DE LIMA, registro 28478, do cargo de ASSESSOR ESPECIAL LEGISLATIVO, referência QPLCG-4, do 35º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12178/21  
EXONERANDO, a pedido, SYLVIO ALVES SENA, registro 28993, do cargo de ASSESSOR DE GABINETE, referência QPLCG-3, do 55º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12179/21  
EXONERANDO, a pedido, FLAVIO HENRIQUE LANDIM, registro 231676, do cargo de ASSESSOR DE GABINETE, referência QPLCG-3, do 20º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12180/21  
EXONERANDO, a pedido, MARCELO CARRATU VERCELINO, registro 231660, do cargo de ASSESSOR DE GABINETE, referência QPLCG-3, do 20º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12181/21  
EXONERANDO, a pedido, VITOR HUGO LIASCH SIQUEIRA, registro 231271, do cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE APOIO PARLAMENTAR, referência QPLCG-2, do 20º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12182/21  
EXONERANDO, a pedido, EDUARDO FANNY DE OLIVEIRA, registro 231597, do cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE APOIO PARLAMENTAR, referência QPLCG-2, do 20º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12183/21  
NOMEANDO CLEUSA SOUZA LIMA BUENO, para exercer, em comissão, o cargo de CHEFE DE GABINETE, referência QPLCG-10, no 25º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12184/21  
NOMEANDO TALINE CHAVES SILVA, para exercer, em comissão, o cargo de COORDENADOR ESPECIAL LEGISLATIVO, referência QPLCG-9, no 26º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12185/21  
NOMEANDO CATIA OLIVEIRA CARREGOSA RODRIGUES, para exercer, em comissão, o cargo de COORDENADOR ESPECIAL LEGISLATIVO, referência QPLCG-9, no 52º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12186/21  
NOMEANDO PAULO CEZAR TAVARES NASSIF, para exercer, em comissão, o cargo de COORDENADOR ESPECIAL LEGISLATIVO, referência QPLCG-9, no 25º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12187/21  
NOMEANDO MARCIA YUMI INOUE, para exercer, em comissão, o cargo de COORDENADOR ESPECIAL LEGISLATIVO, referência QPLCG-9, no 25º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12188/21  
NOMEANDO ANDREA CARLA BANI, para exercer, em comissão, o cargo de COORDENADOR ESPECIAL LEGISLATIVO, referência QPLCG-9, no 41º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12189/21  
NOMEANDO VINICIUS FERREIRA GONSALLI, para exercer, em comissão, o cargo de COORDENADOR ESPECIAL DE GABINETE, referência QPLCG-8, no 28º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12190/21  
NOMEANDO VAGNER RODRIGUES LEITAO, para exercer, em comissão, o cargo de COORDENADOR ESPECIAL DE GABINETE, referência QPLCG-8, no 24º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12191/21  
NOMEANDO SHEILA DAS GRACAS MARTINS SILVA, para exercer, em comissão, o cargo de COORDENADOR ESPECIAL DE GABINETE, referência QPLCG-8, no 41º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 12192/21  
NOMEANDO LUCAS PAVANATO DE OLIVEIRA, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, referência QPLCG-7, no 20º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12193/21  
NOMEANDO JESSICA NOGUEIRA SILVA, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, referência QPLCG-7, no 41º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12194/21  
NOMEANDO NELIO BRUNO DE CARVALHO FILHO, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, referência QPLCG-6, no 15º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12195/21  
NOMEANDO GABRIEL GALLO SANTOS, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, referência QPLCG-6, no 52º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12196/21  
NOMEANDO REINALDO NASCIMENTO DE LIMA, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, referência QPLCG-6, no 35º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12197/21  
NOMEANDO ANTONIO CARLOS RODRIGUES, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, referência QPLCG-6, no 52º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12198/21  
NOMEANDO REGINA LUCIA DE BARROS MACEDO, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, referência QPLCG-6, no 25º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12199/21  
NOMEANDO LAERTE LUCIO CEZAR, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, referência QPLCG-6, no 52º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12200/21  
NOMEANDO EDUARDO FANNY DE OLIVEIRA, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE, referência QPLCG-5, no 20º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12201/21  
NOMEANDO VAGNER APARECIDO DE SOUSA AMARAL, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE, referência QPLCG-5, no 41º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12202/21  
NOMEANDO ALEX DOS SANTOS CASTILHO, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE, referência QPLCG-5, no 52º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12203/21  
NOMEANDO JOSE VIEIRA NEVES JUNIOR, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE, referência QPLCG-5, no 38º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12204/21  
NOMEANDO FLAVIO HENRIQUE LANDIM, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE, referência QPLCG-5, no 20º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12205/21  
NOMEANDO FABIO RIBEIRO DA SILVA, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL LEGISLATIVO, referência QPLCG-4, no 35º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12206/21  
NOMEANDO VICENTE SANTOS ARAUJO, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR DE GABINETE, referência QPLCG-3, no 55º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12207/21  
NOMEANDO NEUSA FORMIGONI, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR DE GABINETE, referência QPLCG-3, no 54º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12208/21  
NOMEANDO PAULO JOSE CELESTINO, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR DE GABINETE, referência QPLCG-3, no 25º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12209/21  
NOMEANDO ANDERSON DE JESUS SOUZA, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE APOIO PARLAMENTAR, referência QPLCG-2, no 24º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12210/21  
NOMEANDO ANDREA CRISTINA LOURENCO NUNES, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE APOIO PARLAMENTAR, referência QPLCG-2, no 1º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12211/21  
NOMEANDO ISABEL DOS SANTOS MONTEIRO, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE APOIO PARLAMENTAR, referência QPLCG-2, no 54º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12212/21  
NOMEANDO VANICE TEIXEIRA ORLANDI, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE APOIO PARLAMENTAR, referência QPLCG-2, no 25º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 12213/21  
NOMEANDO LUIZ CARLOS SILVA, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE APOIO PARLAMENTAR, referência QPLCG-2, no 39º Gabinete de Vereador.  
**SECRETARIA GERAL ADMINISTRATIVA**  
PORTARIA 45195/21  
HOMOLOGANDO promoção, por evolução funcional, tendo em vista a apuração feita no processo 1221/07, da referência QPL-9 para a referência QPL-10, dos seguintes funcionários:

RF	Nome Servidor	Cargo	Data da promoção
11260	LUIZ FERNANDO ETZEL	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16/11/2020
11274	LIVIA SALOMAO NOGUEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16/11/2020
11286	CLAUDIA OUI	TÉCNICO ADMINISTRATIVO – ENFERMAGEM	15/11/2020
11277	LUCIA SATIKO HABE	TÉCNICO ADMINISTRATIVO – INFORMÁTICA	27/10/2020

VERBAS RESCISÓRIAS  
C MSP-MEM-2020/00757  
À vista das informações constantes dos autos, especialmente da manifestação do Setor Judicial da Procuradoria (CMSP-DES-2020/15586), que adoto como razão de decidir, INDEFIRO o requerimento de levantamento de verbas rescisórias formulado por Kerlin Oliveira dos Santos Martinez, mãe do menor Vinicius de Oliveira Pontes Aguiar, vez que existe penhora judicial sobre referidos valores, determinada pela 1ª Vara Cível do Foro Central Cível.  
**SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS**  
Retificação da publicação do dia 05/01/21  
Mesa da Câmara  
Leiam-se como seguem e não como constaram:  
PORTARIA 12156/21  
"NOMEANDO SILVERIO FERREIRA NOBRE NETO, ..., ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, referência QPLCG-7, ..."  
PORTARIA 12164/21  
"NOMEANDO ORLANDO DE ANDRADE JUNIOR, ..., ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE, referência QPLCG-5, ..."